



Anais da Assembléia

Nº 44

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 04 DE MAIO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO ESPECIAL DESTINADA A
TRANSFORMAR A PRESENTE SESSÃO EM COMISSÃO
GERAL PARA AUDIÊNCIA DO EXCELENTÍSSIMO
SENHOR MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
REINHOLD STEPHANES
REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 1995

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e José Maria Ferreira.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Cezar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pêricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni, Walmor Trentini e demais presentes. Achando-se ausente o Senhor Deputado Carlos Simões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a SESSÃO ESPECIAL.

Conforme requerimento de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Antonio Belinati aprovado por unanimidade desta Casa e atendendo o que determinam os artigos 98. e 99 do Regimento Interno, a presente sessão será transformada em Comissão Geral para audiência do Excelentíssimo Senhor Reinhold Stephanes, Digníssimo Ministro da Previdência Social.

Para melhor ordenamento da presente sessão esta Presidência irá adotar as seguintes disposições regimentais:

I - o Senhor Ministro poderá usar da palavra pelo prazo de 30 (trinta minutos), prorrogáveis por mais 15 (quinze) minutos, podendo ser aparteado durante a prorrogação;

II - o Senhor Ministro somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre assunto objeto de sua exposição;

III - encerrada a exposição do Senhor Ministro, poderão ser formuladas interpeções pelos Senhores Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de 05 (cinco) minutos,

exceto o autor do requerimento, que terá o prazo de 10 (dez) minutos;

IV - para responder, o Senhor Ministro terá o mesmo tempo que o Deputado teve para formulá-la;

V - serão permitidas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 03 (três) minutos, improrrogáveis;

VI - é lícito aos líderes, após o término dos debates, usar da palavra por 05 (cinco) minutos, sem apartes.

Convoco as Lideranças da Casa para introduzirem no plenário o Senhor Ministro Reinhold Stephanes.

(Suspende a Sessão).

Está reaberta a Sessão.

De acordo com as normas estabelecidas pela Presidência, o Senhor Ministro poderá usar da palavra pelo prazo de 30 minutos, prorrogados por mais 15 minutos, podendo ser aparteado durante a prorrogação.

Concedo a palavra ao Ministro Reinhold Stephanes.

O SR. REINHOLD STEPHANES - Meu caro Presidente, Deputado Anibal Khury, meus caros colegas, amigos Deputado, minhas senhoras e meus senhores.

Inicialmente é um prazer estar aqui na minha casa, no meu Estado, e vamos tentar falar um pouco, espero que bastante didática, até simples, em relação a uma necessidade de reforma com um assunto tão importante e tão profundo que é a previdência social.

Penso que tenho trinta minutos, mas prorrogáveis por mais quinze, se for o caso. Acho que é o suficiente, e depois provavelmente teremos um debate em relação ao assunto.

Gostaria de começar dizendo que a reforma da Previdência Social, deveria ser feita de forma bastante ampla, ou seja, abrangendo todos os regimes de previdências sociais existentes no Brasil. Conhecemos mais de perto e toda a sociedade, normalmente, quando se fala em previdência social lembra-se do antigo INPS, do INSS, que efetivamente é um regime que engloba 90% da população previdenciária brasileira. Veja bem, 90%, tem mais ou menos hoje em torno de 16 milhões de pensionistas e aposentados e tem em torno de 35 milhões de contribuintes. E é importante frisar que desses 16 milhões, 11 milhões ganham o salário mínimo e poucos são aqueles que ganham acima de 5 salários mínimos. E aí nós temos, então, um dos grandes regimes... Agora, paralelamente a isto, temos centenas de regimes previdenciários, centenas, regimes pertencentes a Poderes Legislativos, Poderes Judiciários, a Governo Federal, Governos Estaduais, Municipais,

país, Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores, Congresso Nacional e assim por diante. Temos aqui centenas de regimes. E temos ainda aqui deste lado os chamados fundos de pensões patrocinados por empresas públicas. Aqui temos apenas 10% da população brasileira que é abrangida por previdência social. Apenas 10%. Aqui nós temos 90. Aqui se gasta tanto quanto se gasta para esses 90.

Então só aí já temos um problema que merece ser considerado. Aonde 10% gasta tanto quanto. E só um regime, só um, só um, o regime federal de aposentadoria de funcionários públicos, só federais, só, já está gastando quase 50% do valor que se gasta para pagar todos os aposentados do INSS do País. São normalmente dados que não são muito conhecidos pela sociedade.

Então, a reforma tem que ser abrangente. Tem que pegar tanto a questão de INSS, tem que pegar essas centenas de regimes e tem que também abranger a questão dos fundos de pensões patrocinados por empresa privada.

A segunda introdução que gostaria de fazer, é que a reforma garante os direitos adquiridos integralmente de todos os aposentados do regime INSS, ou seja desses 16 milhões de aposentados. Ela simplesmente em nenhum item da sua reforma mexe com qualquer direito, ao contrário do que tem sido divulgado e dito pelos que são contra, ela não mexe absolutamente em nada de nenhuma pessoa desses 16 milhões de aposentados e pensionistas. E deste lado aqui mexe apenas nos direitos das chamadas aposentadorias elevadas, aquelas acima de 9 mil reais por mês. O que temos - e depois vamos falar um pouco nisto - nesses regimes aqui temos aposentadorias sem contribuição correspondente que podem variar 5 a 75 mil reais por mês. Esse é um outro dado que deveria chocar qualquer brasileiro e qualquer um que faz um cartaz daquele ali. Efetivamente concordo que devemos fazer auditorias, não no INSS, porque esse não precisa, tem todos os dados disponíveis, tem vinte comissões parlamentares de inquérito que aprofundaram as investigações, tem dezenas de auditorias realizadas interna por auditorias internas e por empresas externas. Esse não precisa de auditoria, tem todos os dados, pode no máximo servir como discurso.

Agora, esses regimes paralelos sim, esses precisam de auditoria para que a sociedade conheça efetivamente o que se passa em todos esses regimes paralelos.

Gostaria de pedir agora, permissão para fazer alguma projeção de alguns dados que vou comentando à medida em que esses dados vão sendo apresentados.

Os estudos de todos os especialistas em previdências, como estudos da Fundação

Getúlio Vargas, estudos da Universidade de São Paulo, estudos do Banco Mundial, mostram claramente que está projetado um desequilíbrio muito grande em termos de receita e despesa, tanto do regime oficial do INSS, como dos demais regimes. Aqui, esse primeiro gráfico nos mostra a evolução da despesa apenas nos últimos anos. Então, vamos observar que entre receita sobre a folha e sobre salário, que é a receita básica da Previdência Social, e a despesa; nós, em 92 - ali no azul - arrecadamos 18,7 bilhões de reais e gastamos 16,1. Ou seja, era um sistema entre a receita e a despesa operacional com um superávit de 2,6 bilhões, que eram destinados parte à saúde, aqueles 15% que ainda eram transferidos à saúde, e parte ao pagamento do próprio pessoal e custeio da própria Previdência Social.

Em 93 nós já tivemos um déficit de 400 milhões, no saldo operacional, foi deficitário. Em 94, esse déficit já foi para 1,6 bilhões. Em 95 esse déficit vai a 3,2 bilhões. Todos devem se lembrar que a grande polêmica que houve nos anos de 93 e 94 quando o Ministério da Previdência deixou de repassar os recursos que historicamente repassava para a saúde, colocando quase em colapso o sistema de saúde por isso. Essa tendência projetada para o ano de 2030, que é quando vão se aposentar as pessoas que estão começando a trabalhar hoje, portanto temos que ter a capacidade de prever a situação dessas pessoas, esse déficit estará, se mantido o atual sistema, em torno de, conforme as estimativas, variando de 4 a 6% do valor do Produto Interno Bruto Brasileiro. Esse é o déficit projetado pelos técnicos do IPEIA para o ano 2030.

Vamos ao próximo gráfico. Esse gráfico, nos mostra uma tendência de crescimento da população, ali no azul. Quer dizer, como cresceu a população de 1960 e como será essa população no ano 2010, o crescimento. Então, vamos ver que de 1970 a 1990 dobramos a população, ela aumentou 109% e vai chegar com aumento no ano 2010 em relação a 1960 de quase 200%. Agora, qual é o ritmo de crescimento das pensões e aposentadorias? São aquelas bolinhas verdes. Houve uma diferença de crescimento entre uma curva e outra. Agora, vamos ao próximo gráfico, acho que ele tem uma explicação.

No próximo gráfico mostramos como cresceram as aposentadorias rurais: há 15 anos atrás tínhamos dois milhões de aposentados, hoje são seis milhões. Vejam o crescimento disso.

Na linha verde temos o crescimento das aposentadorias urbanas, elas estão num crescimento constante. As projeções mostram que em termos de despesas, esta linha verde, por ano deverá crescer em torno de

8%, e em termos de pessoas aposentadas deverá crescer em torno de 5%. Já o crescimento projetado para os próximos 30 anos de nova força de trabalho entrando no mercado dificilmente conseguirá manter uma média de 2,5% ao ano. Ao que mostra, claramente um desequilíbrio entre o número de novas aposentadorias e novas forças entrando no mercado.

Este outro gráfico mostra a taxa média de crescimento rural: 7,4% ao ano, as urbanas 4%, e a global 15%. E as projeções futuras devem se situar em torno de 5% de novas pessoas que se aposentam. Este gráfico é interessante, vamos nos ater apenas na linha vermelha: em 1970 tínhamos 4,2 contribuintes para cada pessoa aposentada, 4 pessoas trabalhando e uma aposentada.

Hoje estamos com mais ou menos 2,3 pessoas trabalhando para cada pessoa aposentada. Se continuarmos neste ritmo chegaríamos no ano 2.020 com pouco mais de uma pessoa trabalhando para cada pessoa aposentada.

Agora, a pergunta que se faz: se fizermos todas as correções? Se o mercado for mais formalizado, se o nível de registros se tornar correto? Se o nível de empregos crescer bem, o País estiver num cenário muito bom, o que vai acontecer no ano 2.030?

O que acontece? Se tudo der certo, no ano 2.030, 2 trabalhadores para cada aposentado, como um fenômeno natural, normal, se tudo der certo, no cenário mais otimista, no melhor dos cenários. Por quê? Porque a nossa pirâmide populacional está envelhecendo.

Já temos países europeus, hoje, que já estão com a pirâmide populacional envelhecida aonde eles hoje têm uma relação de menos de dois na ativa para um aposentado, ou seja cada aposentado tem que ser sustentado por dois que estão na ativa. Só que estes países se preveniram com isso, pouparam recursos para isso, e a nossa poupança é rigorosamente zero, ao contrário estamos numa tendência de déficit, não numa tendência de poupança para o futuro. Agora, se não fizermos nada vamos ficar na relação 1 por 1.

Então, em qualquer hipótese temos que ter uma grande preocupação e uma grande visão em relação ao que vai se apresentar no futuro. E estes estudos são feitos pelos melhores demógrafos brasileiros.

Este próximo gráfico é para quebrar o argumento de que o brasileiro vive muito pouco tempo na aposentadoria. A média hoje do homem brasileiro é de 17 anos e meio recebendo aposentadoria, a média na comunidade européia é de 15,2; é menos do que aqui, a mulher da comunidade européia é de 18 anos a nossa é 20 anos.

No próximo gráfico: se fixarmos apenas 60 anos de idade, qual é a expectativa média do brasileiro que atinge a idade de aposentadoria ou que chega aos 60 anos de idade no caso do homem é viver mais, é chegar 77,5 e no caso da mulher 78,3 esta é a expectativa média do brasileiro que atinge a idade de aposentadoria.

Tem sido colocado muito que o brasileiro tem uma expectativa média de pouco mais de 60 anos, isso é ao nascer.

E diferente a expectativa ao nascer e a expectativa média da pessoa que atinge o período e a idade de aposentadoria. Daqui há pouco vamos ver melhor esse dado.

Nesse gráfico vamos nos ater primeiro no azul, o gráfico azul analisa qual é a expectativa média de uma pessoa de baixa renda, de um salário mínimo ao nascer e ao longo da evolução de sua vida. Ao nascer efetivamente essa pessoa tem uma expectativa média em torno de 53 a 54 anos de idade, ao nascer, ou seja é uma pessoa que não atinge a idade de aposentadoria ao nascer. Mas a medida que retirarmos a morte infantil e a mortalidade nos primeiros dez anos ou se ele atinge os dez anos, a expectativa média dela já passa para 63 anos mais ou menos. Se ele atinge a idade de aposentadoria, os 60 anos, aí a expectativa será de 73 anos de idade. E a medida em que o tempo vai passando a expectativa aumenta.

Já uma pessoa de nível de renda alta, ao nascer já tem uma expectativa média de quase 70 anos. Há uma grande diferença entre o de baixa e o de alta renda, mas a medida em que o tempo vai passando essa diferença vai diminuindo.

Isso significa que, na situação de hoje se projetarmos a situação daqui 30 anos ou 35 anos, por exemplo, daqui 30, 35 anos, está prevista a população com mais de 80 anos de idade será 18 vezes superior a de hoje. Porque aí se embute melhoria de renda, melhoria de condições de vida, e se embute a evolução da assistência médica.

Mas se hoje aposentássemos uma pessoa de baixa renda, aos 60 anos de idade ela teria 13 anos em média de manutenção do seu sistema.

E aí eu gostaria de chamar a atenção, porque é um dado que pouca gente conhece e divulga: 80% das pessoas aposentadas no sistema INPS se aposentam hoje com mais de 60 anos de idade, 80%. E desses a quase totalidade - não as pessoas de baixa renda - são entre um e cinco salários mínimos, ou seja, quem está pagando a conta nesse País é exatamente o trabalhador de baixa renda.

Se não precisássemos fazer nenhuma reforma só isso seria uma razão suficiente para fazer com que o trabalhador de baixa renda não pagasse a nossa conta, e eviden-

Curitiba, quinta, em 04.05.95

temente o de alta renda atinge a idade de aposentadoria de quase 80 anos de idade, ele vive quase 20 anos naquele gráfico que apresentamos, que é o período mais ou menos que ele fica recebendo uma pensão, uma aposentadoria.

Esse dado vamos ficar apenas com as colunas azuis, as pessoas que se aposentam na área rural hoje se aposentam na média de 62 anos de idade, são exatamente as que se aposentam com um salário mínimo e que têm uma vida difícil. As pessoas que se aposentam por tempo de serviço na zona urbana se aposentam na média com 53 anos de idade.

Este dado aqui - ousou chamar a atenção e espero que todos prestem muito atenção nesses dados, principalmente aqueles que, por alguma razão, querem defender o trabalhador brasileiro, por isso estão contra a reforma. Aqui comparamos duas situações: um trabalhador de baixa renda que se aposentada pelo sistema geral do INSS, com categorias que se aposentam por regimes especiais. Embora não citamos as categorias mas elas existem. São algumas categorias que nós agrupamos.

Vamos, primeiro, pegar qual é o salário médio dessas pessoas chamadas de baixa renda que representam a grande maioria da massa trabalhadora nossa: pouco mais de 2 salários mínimos. Têm uma qualidade de vida correspondente a 2 mínimos. A outra categoria tem um salário médio de 60 mínimos, ou seja, uma qualidade de vida muito boa. Jornada de trabalho - baixa renda: 44 horas semanais. O de 60 mínimos: 30 horas semanais. Valor de aposentadoria: a média quando vão aposentar - baixa renda: aposentadoria: a média quando vão se aposentar - baixa renda: aposentadoria de 1,5 salário mínimo. Valor de aposentadoria para os de renda melhor: que têm melhor qualidade de vida, trabalham menos horas - média de 100 salários mínimos.

Idade, baixa renda: média de 60 anos de idade. Aquelas de alta renda: 47 anos e meio. E vão viver até 80. Ficam mais tempo na inatividade do que na atividade com salário médio de 100 mínimos de aposentadoria, sem terem contribuído para isso.

Alguém está pagando esta conta? Quem está pagando? Ou ela está embutida nos impostos do arroz, do feijão. Nos impostos. Ou ela está sendo paga, exatamente, por aqueles de baixa renda que se aposentam tarde. E aí chamo a atenção para o seguinte: ninguém é contra que as pessoas se aposentem com 100 ou 200 mínimos, desde que cada um pague sua própria conta.

Isso que é importante, é pressuposto básico de qualquer sistema previdenciário. Cada um tem que pagar sua própria conta. Ressalvado os programas de renda mínima daqueles que não conseguem, no mercado,

atingir o nível de contribuição. Esses têm que ter tratamento especial, claro!

Tempo de serviço: trabalha, em média, 40 anos, o de baixa renda. Por quê? Porque tem 35 anos de carteira assinada, porque ele tem que ter, esse tem que ter carteira assinada. Mas ele fica, em regra, pelo menos, 5 anos no mercado informal. Ele não consegue carteira cheia dos 20 aos 55 anos de idade. Então acaba sempre se aposentando por volta dos 60 ou acima dos 60. E, naquela situação de dificuldade, de qualidade de vida, de renda média e de valor de aposentadoria. Já aquelas outras categorias, se aposentam, por lei, com 30 anos de serviço. Só que, eles podem contar férias dobradas, licença prêmio dobrado e acabam se aposentando, em média, com 28 anos de serviço.

Férias: o trabalhador de baixa renda, 30 dias, o de alta renda 60 dias. Pegamos aí, dois exemplos de categoria para ver o quanto nosso sistema previdenciário é injusto sob o ponto de vista de justiça social. Aqui procuramos mostrar o que nos traz em termos de diferenças de valores entre o INSS e os vários diferentes regimes. Peguei aqui só quatro exemplos rurais: os rurais no Brasil, o trabalhador rural se aposenta com um salário mínimo. Os trabalhadores urbanos, do regime INSS, em média com 2,1 salário mínimo. Essa média. Os trabalhadores de Poderes Legislativos em média com 36 salários mínimos. Essa é a média brasileira. O Judiciário com média de 36,6.

Agora nós podíamos ir mais longe. Temos categorias, como vimos na escala anterior, que se aposentam com 200 salários mínimos, que são exemplos reais e temos as distorções que normalmente não têm sido colocadas, ou não tem sido do conhecimento de toda a sociedade, temos aposentadorias que variam de 5 a 75 mil reais por mês no Brasil.

Há pouco as pessoas devem ter lido nos jornais a questão da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro que tem aposentadorias com 35 mil reais por mês. E no Espírito Santo, que publica agora os 50 maiores salários em termos de aposentadorias e a soma deles é mais do que o setor público no Espírito Santo gasta em remédio ou gasta para o maior hospital do Espírito Santo. Ali temos aposentadorias que variam também de 5 a 75 mil reais por mês. Quer dizer, nem colocamos no quadro. Procuramos apenas questões de médias.

Aqui, este quadro também é interessante pelo seguinte: em 1994 queríamos saber quanto se gastou para funcionários federais ativos e funcionários inativos e aí verificamos que gastamos para funcionários trabalhando 13 bilhões de reais e para funcionários aposentados 8,7. Se somarmos

os funcionários federais que se aposentaram no passado pelo regime CLT e que estão na conta da Previdência Social, do INSS, se eles estivessem ali, já estaríamos hoje gastando para pagar funcionários inativos o tanto quanto gastamos para pagar funcionários ativos. Dentro de 10 anos, praticamente todos os Estados brasileiros, todos os municípios de médio para grande porte estarão gastando mais com funcionários aposentados do que com funcionários trabalhando. E estarão gastando todo o seu orçamento, toda a sua arrecadação, somente para administrar a folha de pagamento de funcionários ativos e inativos. Ou seja, a capacidade de poupança e de prestação de serviços de Estados e Municípios será praticamente zero.

Amanhã vou a Campo Mourão e o Prefeito me dizia isto, que dentro de cinco anos - a projeção é dele - toda a sua arrecadação estará sendo gasta apenas para pagar o funcionalismo. Já não terá mais capacidade de poupança nenhuma para outro tipo de gasto.

O vice-Prefeito do Rio de Janeiro escreveu um artigo semana passada que também fala nisto: dentro de cinco anos esta situação já estará acontecendo também no Rio de Janeiro. E outros vão acontecer dentro de 10 anos, isto vai acontecer dentro de 15 anos. O exemplo de baixo, dos militares, já mostra que nós já gastamos quase 3 bilhões de reais com aposentados, com inativos e pensionistas e menos de dois com ativos. Quando analisamos categorias como de professores universitários, já temos mais professores universitários aposentados que professores universitários trabalhando. Procuradores de setor público federal, Procuradores que se aposentam em torno de 100 salários mínimos, mais ou menos, já temos hoje 3 vezes mais Procuradores aposentados do que Procuradores trabalhando. Fiscais da Previdência Social que se aposentam também em torno de 100 salários mínimos, temos mais fiscais aposentados hoje do que trabalhando. E assim vamos.

Agora um outro exemplo aí um pouco mais grave. Este aqui é um dado interessante: o Brasil é um País que privilegia, no caso do setor público, desses regimes aqui, não é do INSS, desses regimes paralelos, e como disse inicialmente, esses regimes paralelos na sua soma já gastam tanto quanto gasta esse regime do INSS. Portanto é uma preocupação. Os funcionários ativos, por exemplo da Previdência Social, ganhavam em média em 94, R\$ 1.018 por mês, os aposentados R\$ 1.700; ou seja, nós aqui privilegiamos a pessoa para se aposentar.

Aqui temos alguns exemplos em termos atuariais. Qual é a correspondência entre

o que a pessoa paga e o que a pessoa vai receber depois? Pegamos aqui um exemplo de um contribuinte individual pela legislação atual, no sistema agora INSS, uma mulher. Ela pode começar a contribuir aos 14 anos, começa com uma contribuição num teto bem baixo, vai crescendo, se aposenta aos 44, e contribuiu com toda essa figura em escuro, e vai receber toda essa outra parte pelos anos, pela vida média que ela tem. Há um total desequilíbrio atuarial entre o que ela vai receber e o que ela contribuiu. E aí a pergunta, alguém está pagando esta conta? Então, temos que identificar quem está pagando esta conta.

Próximo: aqui o exemplo de uma professora de escola particular. Se ela começar a contribuir aos 17, aos 42 já estará em condições, aquela é a contribuição, a parte escura, e vai receber a outra parte em rosa.

Aqui uma pessoa que faz a contagem do tempo rural e que está hoje em uma atividade urbana. Ela pode contribuir apenas aquela parte ali e receber toda aquela outra parte ali e receber toda aquela outra que mostramos.

Aqui um soldado que se aposenta por lei aos 45 anos de idade e que tem uma expectativa média de vida de pelo menos 76 anos, a contribuição é essa parte escura que ele vai receber toda essa outra parte.

Este exemplo aqui é de policiais militares, uma categoria que nós escolhemos chamado Coronéis de Polícias Militares de um determinado Estado, isso é um exemplo real, mas cujo exemplo se repete em quase todo o País, tem um Estado que tem uma situação mais crítica do que esse. Essa é a contribuição, a parte em azul, e isso é o que ele vai receber. Ele se aposenta em média com 50 anos de idade, vive em média 80, tem uma aposentadoria média de 4000 dólares. Essa aqui é aquela que não tem exageros...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Vossa Excelência pode prosseguir.

O SR. REINHOLD STEPHANES - Tem mais 15 minutos?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Tem mais 15 minutos. Nesses 15 minutos Vossa Excelência deveria conceder apartes, mas a exposição de Vossa Excelência está prendendo, está chamando muito a atenção dos Deputados.

Então, nesses 15 minutos ainda não vamos permitir apartes.

O SR. REINHOLD STEPHANES - Eu havia falado que em algumas categorias, já temos muito mais gente aposentado do que gente

trabalhando. Neste caso, exemplo de coronéis, temos 320 coronéis aposentados neste exemplo, e 22 na atividade. Então, estamos começando a criar esse tipo de distorções pelas aposentadorias precoces que estamos tendo em alguns setores. Veja bem, 320 aposentados e 22 apenas trabalhando.

Aqui pegamos uma pirâmide hipotética de uma sociedade jovem. Isso há mais ou menos 20 ou 30 anos atrás. Tinha uma população, até 15 anos, uma população muito grande, que era a base da pirâmide. Entre 15 e 60 uma população relativamente ainda pequena; e acima de 60 uma população bem menor. Vamos ver como que ela evoluiu. A população jovem já está menor, passou para a faixa dos 15 aos 60 anos, e a população acima dos 60 ainda é relativamente pequena. Hoje estamos aqui numa chamada sociedade madura. Agora vamos para a projeção daqui a 30 anos. Uma sociedade já envelhecida com uma população jovem muito pequena, uma população entre 25 e 60, relativamente menor do que essa, e de 60 a 80 uma população que é, pelo menos, em termos relativos, 3 vezes maior do que a de hoje. São dados que têm que ser considerados numa projeção futura.

O próximo gráfico mostra o crescimento da população idosa em relação a população total, hoje é de 3,1% vai crescendo e chega no ano de 2.020 a 7,7%, sendo que a população também aumenta. Isso é com relação a população total.

Este outro gráfico mostra agora uma pirâmide real, esta é a população até 1980, onde a população até 15 anos é relativamente grande, de 15 a 60 ainda é muito pequena de 60 a 90 anos. Agora vamos sobrepor um outro gráfico. O que vai acontecer no futuro? No futuro esta linha vermelha vai engordando, principalmente a partir dos 50 anos, tem uma linha azul que era em 80 e o que será em 2030.

Podem apagar, os gráficos seguintes fariam dos nossos fundos de pensão. Isso é importante, é o nosso 3º problema. O total de recursos existentes em fundos de pensão, no Brasil, fundos patrocinados por empresas públicas soma hoje 37 bilhões de reais, atinge, mais ou menos um milhão de pessoas, o valor total, capitalizando hoje, e o valor que terá que ser dispendido no futuro para o pagamento destas pessoas, a diferença é de 30 bilhões de reais. E quem vai pagar esta conta? Evidentemente que isto vai estar embutido no preço da gasolina, da luz, do telefone, ou no caso da Rede Ferroviária Federal, não estará embutido em lugar nenhum, porque tanto o fundo está falido como a empresa está. Mas temos muitos fundos onde o fundo é rico e a empresa está falida. Mas esta diferença de 30 bilhões terá que ser coberta pelas patrocinadoras.

O que é que a reforma propõe? Ela propõe a criação de um sistema geral de Previdência Social, para todos os brasileiros, que acabe com a centena de regimes paralelos, um sistema que faz com que estados e municípios percam a capacidade de legislar sobre Previdência Social, ela vai ter uma Lei Complementar Federal para todos os sistemas, embora Estados e Municípios possam operar seus próprios sistemas, apenas dentro de uma legislação nacional.

O estabelecimento de uma idade mínima para aposentadoria, conjugando esta idade mínima com um tempo máximo de contribuição, ou seja uma pessoa que começa a trabalhar mais cedo, desde que ela contribua durante X anos, não precisa esperar a idade mínima para aposentadoria. Então alguém de baixa renda, que aos 14 anos começa a trabalhar e a contribuir, poderia sair entre 6 e 8 anos antes da idade estabelecida. Haverá uma regra de transição, os direitos dos atuais aposentados são garantidos, das pessoas que já têm o tempo para a aposentadoria mas não requereram, também será garantido, e para os que estão no meio do caminho haveria uma regra de transição, cuja regra de transição para o trabalhador brasileiro vai ser muito pequena. Por quê? Porque se 80% já se aposentam por idade, hoje só tenho 20%, e estes 20% se já contribuem com 35 anos terão uma regra de transição muito macia. Talvez só tenham a necessidade de atingir idade mínima daqui 10 ou 15 anos. Já há aqueles regimes especiais vão ter que ter uma regra de transição com uma velocidade maior até porque têm melhor qualidade de vida, melhores condições, e tem uma vida em termos de expectativa bem mais longa.

Vou, para me ater ao tempo, ficar só até aí, e o resto fica para as perguntas. Obrigado!

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Convido o Ministro para que tome assento na Mesa.

As perguntas estão restritas aos Srs. Parlamentares.

O 1º Orador inscrito é o Deputado Irineu Colombo, cinco minutos.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que é uma satisfação tê-lo no momento em que o Brasil discute a questão da reforma, especialmente da Previdência.

Sr. Ministro, sou um dos representantes da Bancada do Partido dos Trabalhadores. O Partido dos Trabalhadores tem, de certa forma, combatido frontalmente com algumas propostas do Governo, não no sentido da necessidade da reforma da Previ-

dência, mas no sentido da forma, do método e do conteúdo.

Sr. Ministro, ontem ainda na Comissão de Justiça e Redação foi feita uma redação aonde exatamente o Partido dos Trabalhadores votou com a proposta do Governo. Os Deputados José Genuíno, Nilton Mendes e Paulo Delgado. E exatamente o Partido de V.Exa., o PFL, votou contra, numa das questões que é a quebra do sigilo bancário. E mostra de certa forma o método atabalhoado que o Governo tem adotado para conduzir o processo da reforma sem discutir com a sociedade.

Por outro lado, não vi, não sei se por falta de tempo ou se não teve V.Exa. oportunidade de se manifestar, quando se refere a questões das contribuições das pessoas em nenhum momento o Senhor falou das empresas, e das fraudes, e das empresas inadimplentes e também dos desvios para outros órgãos do Governo do dinheiro da caixa da Previdência, que se alguém vai pagar pela conta alguém também não pagou alguma parte da conta.

Claramente se coloca que a direção da tal reforma no sentido de haver no regime geral diferenciações entre militares, servidores públicos e para os trabalhadores em geral, que frontalmente contestado pela proposta do Partido dos Trabalhadores colocado lá no Congresso.

Então mostra o interesse, de repente, de fazer o processo de privatização, e faço uma pergunta objetiva a V.Exa., se porventura a Eska, a grande devedora e algumas empresas de jornalismo, telecomunicações, montarem amanhã um sistema de previdência privado, que é um setor que ainda é muito frouxo, sem regulamentação, sem discussão mais aprofundada, o Sr. assinaria em baixo para que essa empresa Eska entrasse com um instituto de previdência privada?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Ministro.

O SR. REINHOLD STEPHANES - ... criaram um fundo para seus funcionários, obedecendo as normas, que são rigorosas e que serão muito mais rigorosas no futuro, evidentemente no seu cassino. Mas o setor correspondente iria aprovar. Gostaria de deixar claro dois ou três comentários.

Acho legítima a posição de vosso partido ser contra as reformas, mas tenho uma opinião muito clara em relação a isso. Agora, o próprio Partido dos Trabalhadores, apresentou uma proposta de reforma que não difere em quase nada da minha proposta, em quase nada, e que depois o próprio Partido recuou e atribui ela apenas ao Deputado Eduardo Jorge. Não, ela foi assinada por todos os Deputados Federais

do Partido do PT. Por todos. Isso em 93, que a conjuntura política era outra. Para mim há uma razão muito política em relação a essa questão.

Segundo: quanto ao mérito, a proposta é totalmente aberta para discutir o mérito. O PT apresenta sua proposta: qual é o mérito? O que ele deseja? Não sabemos o que ele deseja! Até agora ele tem atacado, criticado e não apresentou, até agora, nenhuma proposta e estamos abertos, estamos querendo que surjam propostas, surjam alternativas. Que, tenho certeza, pouco pode variar porque há uma técnica, há uma doutrina atrás de tudo isso. Pouco ela pode variar.

Agora, hoje defender a não reforma, significa manter todos os privilégios e distorções existentes. Quanto à questão levantada às empresas que fraudam ou que desviam. Acho que está correta a questão levantada e eu, evidentemente, não tive tempo de dizer isso, mas isso está escrito em todos os livros que publiquei, em todos os artigos. Nós trabalhamos, claramente, em três direções.

A primeira: administrar bem, arrecadar mais, formalizar mais o mercado, diminuir sonegação, é ser agressivo nesta área. A segunda é diminuir custos operacionais que são muito elevados. A terceira é diminuir índices de fraudes que ainda é elevado. E isso é exatamente o que dá para sustentar a Previdência Social ainda por 5, 6 ou 7 anos, exatamente trabalhando nesta linha. Mas ao lado disso há um desequilíbrio estrutural para frente que tem que ser previsto. Portanto, está se trabalhando nisto e está se trabalhando muito nesta direção.

Quanto à quebra do sigilo bancário: já havia sido proposta. Mas a quebra do sigilo bancário não teria, absolutamente, nada a ver sob outro aspecto, com a questão da reforma previdenciária. Tem como instrumento de fiscalização e arrecadação geral para todos os governos. Quer dizer, fiz minha obrigação e propus. O Congresso rejeitou. Parabéns o PT que votou contra a rejeição. É o máximo que posso dizer.

O SR. IRINEU COLOMBO (Réplica) - O Partido dos Trabalhadores não é contra a reforma. Não foi isso que eu disse. Está contra o método, a forma e o conteúdo.

A proposta do PT está subscrita sob proposta de Emenda Constitucional nº 172/93, capitaneada, puxada pelo Deputado Eduardo Jorge. A questão que fica é que não discutimos com a sociedade a reforma. Nós não trabalhamos o método correto a discussão. A reforma, inclusive da Carta, não deveria ter começado pela previdência. Devia ter começado, como propõe o PT, através de uma outra proposta, pelo sistema tributário.

Vou colocar um caso prático. Dona Maria Alves Moreira residente no Bairro Independência da minha cidade, tem 64 anos de idade e trabalha como bôia-fria e o fruto do seu trabalho, o dono da propriedade rural, vendeu o produto, recolheu o FUNRURAL mas ela só tem carteira de identidade. Ela é uma excluída da sociedade, não consegue se aposentar e, me parece que as regras ficaram piores. A Dona Maria me perguntou - sabendo que faríamos a interpelação: "O que o Ministro tem de bom pra mim, nesse processo da reforma?" É uma pessoa que estaria interessada em discutir como forma de discussão o processo de previdência.

O SR. REINHOLD STHEFANES - Ela no mínimo vai deixar de pagar conta e no máximo vai ter aposentadoria de renda mínima, sem ter necessidade de contribuir porque o projeto prevê isto. O grande problema é que todo mundo fala do projeto e ninguém leu o projeto. Tenho certeza que o próprio Deputado que está me inquirindo não leu o projeto, porque se tivesse lido daria a resposta a D. Maria.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Ministro, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Preciso e tenho necessidade de fazer - antes de fazer as minhas perguntas - um esclarecimento. Na sessão passada aqui neste Parlamento, Sr. Ministro, Dr. Reinhold Stephanes, o qual há muito tempo conheço, aliás, sei da sua competência e seriedade com que sempre tratou a coisa pública. Eu fazia um comentário até um tanto quanto despretensioso dizendo o seguinte: que eu tinha uma preocupação muito grande com relação a condução do processo da reforma da Previdência Social através do Congresso Nacional, pelo fato de V.Exa. estar incluído numa aposentadoria especial ou privilegiada.

Fiz este comentário da tribuna, colocando minha preocupação, porque entendo que esta reforma tem que ser feita a qualquer custo, a qualquer preço. E esta preocupação minha gerou um debate dentro deste Parlamento - e aliás o que gerou, no fundo, a sua presença aqui hoje e a qual até eu agradeço e parabenizo os Deputados que o convidaram aqui para esclarecer dúvidas e eu poder, de viva voz, dizer da minha preocupação.

Agora, gostaria de indagar a V.Exa. - aliás antes de indagar, Sr. Ministro, se V.Exa. me permitir um reparo, acompanhando a imprensa, televisão, o programa - me parece, do Gordo, à noite - V.Exa. fazia um comentário a respeito das aposentadorias especiais. Estavam diversas categorias e inclusive os Deputados, Senadores, Federais, Estaduais, e assim por diante, e co-

mentei aqui: "... mas olha, parece-me que na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não existe este privilégio." E quando é colocado pelo Ministro através da imprensa, nós que estamos lá no meio do povo somos cobrados quase que diariamente. Fui cobrado na semana seguinte lá na minha querida Irati: "Mas como, você vai se aposentar com quatro anos, oito anos como Deputado, Toti?" Eu disse: "De forma e hipótese alguma. Por quê? Porque nós não vamos nos aposentar como Deputados, porque não estamos recolhendo FEPPA, não estamos recolhendo absolutamente nada." E ficou esta dúvida lá dentro de Irati. Eu disse: "Mas olha, o dia em que me encontrar com o Ministro vou pedir para ele, se existe em São Paulo, no Rio Grande do Sul, faça um adendo e diga: 'Olha, no Paraná to não existe.'" Para que o povo paranaense, os nossos eleitores não nos cobrem por este fato que nós realmente não merecemos.

Dito isto, parece-me que V.Exa. respondeu um dos questionamentos meus que também seria com relação ao trabalhador rural, Sr. Ministro.

Hoje a situação atual, o Instituto Nacional de Seguridade Social nem recebe os processos mais hoje, não recebe. Lá em Irati que o senhor conhece muito bem não estão nem recebendo. Os sindicatos não podem atuar, o Ministério Público está fora das ações do momento, mas são centenas e dezenas de pessoas que nos procuram para ver claramente como é que fica a situação desse pessoal, a exemplo de D. Maria que ele colocou ali como é que vai ficar. Está no projeto, se vai ser aprovado ou não vai é outro departamento. Acontece que hoje não existe uma solução, nenhuma para o trabalhador rural. Uma situação difícil, é somente aos 70 anos que é pensão vitalícia, que após os 70 anos ele se adquire, mas o pessoal aí que tem 60, 65, 64, homens e mulheres, trabalhadores rurais não têm uma perspectiva aí. O Registro em carteira do trabalhador rural eu não acredito que vingue aqui no Paraná, principalmente no sul do Paraná, porque são todos minifúndios, e não há latifúndios lá na nossa região, e o trabalhador que trabalha na colheita do feijão, da batata e olha lá, e é por aí. E depois fica em serviços eventuais ao redor da cidade; não recolhe INPS, o patrão não o registra e a situação dele é difícil. Quem quiser ver mais de perto é só ir na minha região e vai sentir isso. E não só a minha região, a região do norte também, bôia-fria.

Com relação a um assunto que não foi abordado aqui, eu gostaria que Vossa Excelência pudesse depois esclarecer, é um assunto que está expresso na Constituição Federal nossa, que é o amparo ao doente da área rural.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o tempo de Vossa Excelência. Vossa Excelência poderá usá-lo na réplica.
Com a palavra o Ministro.

O SR. REINHOLD STEPHANES - E acho que a questão levantada pelos dois Deputados, Deputado Colaço e pelo Deputado do PT, quanto ao trabalhador rural, é a questão mais delicada e mais difícil a ser enfrentada pela Previdência Social, não em termos de definir um direito, mas em termos de operacionalizar um direito. Das atuais concessões que foram feitas a partir de 92, perto de 20% são seguramente fraudadas, e uma grande massa que teria o direito não obteve o direito. Quer dizer, como atingir uma forma em que nós vamos dar o direito exatamente a dona Maria, que tem o direito, e não vamos dar a uma pessoa que não tem o direito. Quer dizer, nós em grande parte estamos invertendo.

A Legislação nossa, quer dizer, eu as vezes costumo a dizer isso, talvez não precisaríamos legislação nenhuma, bastaria que os entrevistadores tivessem a sensibilidade de olhar para o rosto e pegar na mão e dizer: "o senhor é um trabalhador rural, está aqui a certidão, está aposentado". Porque é normalmente aqueles que fraudam é os que apresentam a melhor documentação; e aqueles que tem o direito são os que não conseguem a documentação. Na lei do salário mínimo que foi aprovada agora essa semana, incluímos um artigo que nos autoriza a contratação de 800 pessoas para rever fraudes e fazer diligência desses milhares de processos que estão empilhados, de pedidos. Quer dizer, devemos ter aí 500 mil processos empilhados e não temos como fazer a diligência.

Então, pedimos autorização, o Congresso deu, e tenho impressão que isso vai melhorar. Agora, estamos tendo contato com a CONTAG, e já tive reunido com o Presidente da CONTAG colocando totalmente a disposição, que ele nos mande os técnicos deles, os assessores técnicos deles junto com os nossos, encontrem uma forma de tornar mais operacional e se fazer mais justiça para esse homem do campo. Isso posso lhe garantir que tenho essa sensibilidade, até se, não por nada, porque nasci na enxada, criei-me na enxada, e meu pai morreu trabalhando na roça e morando na roça, não era nem vila, nem na cidade, na roça mesmo, nunca morou em cidade, até porque eu teria até por essa obrigação de origem de saber como isto funciona.

E para quem critica muitas vezes a questão apenas por razões políticas a minha aposentadoria, a minha primeira escola foi a escola rural de Rio Negro, com dez anos de idade eu estava internado em escola rural, que aliás era escola para órfão,

ou para menores abandonados.

O SR. TOTI COLAÇO - Ficou pendente aqui o que eu queria completar: é com relação ao pessoal da área rural que está, Senhor Ministro, por exemplo, filho de um agricultor, então ele trabalha na roça, o filho dele sofreu uma cirurgia no coração, tem 21 anos, 22 anos, um exemplo concreto, inclusive se eu entregar essa documentação a um dos seus assessores. Ele vive, e continua vivendo na lavoura até hoje, ele não tem como exercer a sua atividade 100% na agricultura, e não sabe fazer outra coisa, lá é seu habitat, lá é sua vida, lá está a sua família. Ele não tem como pegar nenhum tipo de aposentadoria e nem pensão porque foi negado pelo instituto. Estou dando um exemplo concreto de cirurgia do coração, outro é da perda de uma perna e outro é da perda de uma vista na área da agricultura.

Lá dentro de Irati, na agência local do instituto são negados categoricamente estes auxílios-doenças e são indeferidos os pedidos de uma pensão, pelo menos parte de um salário mínimo para facilitar a vida do homem que trabalha no campo.

Tenho dois casos aqui que vou entregar para um dos seus assessores para que o Senhor determine e que se faça um check-up, nestes casos, da doença, do inválido que trabalha na lavoura e que hoje não tem como sobreviver.

Seriam estas as minhas colocações e gostaria de agradecer a sua presença e dizer que a centralização da previdência achei uma idéia muito boa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, membros da Mesa, Sr. Ministro, assessores e Deputados, Srs. Vereadores, Prefeitos e visitantes da Casa.

Sabíamos de antemão, Sr. Ministro, desde o convite do nobre Deputado Elio Rusch, que aqui estaria Vossa pessoa, dando-nos, o que foi demonstrado através da sua exposição, o porquê de ser mexido na espinha dorsal do País. Sabemos muito bem, Prefeito que fomos de uma grande cidade de Estado do Paraná, que a reforma tributária é uma das prioridades desta Nação, mas também a reforma social pela qual a Vossa pessoa tem demonstrado a sinceridade de propósitos e principalmente o objetivo comum, que é o bem-estar dessa Nação, não agora, mas as futuras gerações que virão substituir a esse Deputado a sua pessoa, no Ministério e a nós todos, neste quadrante do mundo que é o Brasil.

A reforma é feita para gerações, basta dizer que a sua origem que conhecemos, aqui no nosso Paraná está uma das pessoas mais gratas da família, que é seu filho, emprestando ao Jaime Lerner aquele caminho

que o Sr. trilhou, na vida, que é um exemplo a ser seguido pelo nosso Secretário da Administração que tão bem vem conduzindo a reforma administrativa, no Estado do Paraná, neste instante em que novos caminhos a terra paranaense está percorrendo, a nível de Brasil.

Sr. Ministro, de perto que a reforma é necessária, estamos juntando à nossa Bancada os 30 Srs. Deputados Federais do Paraná, inclusive os do PT, uma reunião na Associação dos Municípios do Paraná, junto com o Poder Judiciário, junto com o Poder Executivo, o Governador, para que nós, a nossa Bancada do Estado, que temos a grata honra de ter na sua pessoa a presença do Paraná junto a todos que dirigem esta Nação, oferecemos a alternativas, fazendo com que sejam atendidos. Tenho em mãos reivindicações, e aqui se encontram, na galeria, 3 ilustres Vereadores, o Alcy Brageski, a Claudete e a Hortência, de partidos diferenciados, que sabem a necessidade da reforma, que vão trazer e entregar ao Sr. parte da comunidade de Ponta Grossa e dos Campos Gerais, alternativas da reforma.

Sabemos do objetivo que queremos, não no momento, agora, ser contra a reforma, somos a favor da reforma. A reforma em que todos serão beneficiados e ninguém será distinguido com ela. Neste instante passamos a vossa mão como ficam as aposentadorias das funções básicas do Estado, do Magistério Público, da própria Magistratura que Vossa Excelência demonstrou no gráfico, da própria Polícia Militar, a Polícia Civil, dos funcionários estatutários, dos funcionários públicos admitidos em concurso? Como serão eles adequados? Acho que na sequência, Ministro, não poderia Vossa pessoa em 30 minutos, mais 15 prorrogados, e agora nós inquirindo em nome de tudo aquilo que é somado, que acredito e tenho certeza que a forma mais direta, mais objetiva seria tão somente nas emendas a serem oferecidas ao Projeto apresentado por Vossa Excelência que está tramitando no Congresso Nacional. E cumprimento Vossa Excelência pela abertura que teve, e acompanhamos pela imprensa nacional, dizendo que não é um Projeto seu, um projeto realmente transcrito naquelas normas, todos os itens podem ser analisados. E recentemente, mais preciso anteontem no Congresso Nacional, o Congresso nomeou uma Comissão e será ouvida toda a sociedade para a proposições de Vossa pessoa.

O SR. REINHOLD STEPHANES - Só gostaria de confirmar que é um Projeto em aberto, é um projeto que não está preso ao relógio, é um projeto que deve ter o devido amadurecimento, deve ter o devido debate com a sociedade. Todas as sugestões, desde

que sejam consistentes no sentido de construir um modelo previdenciário para o País, são importantes e devem ser debatidas. O Projeto não é meu e deve pertencer à sociedade. A única coisa que fizemos foi colocar a questão em cima da mesa para que ela seja debatida, e cabe agora à sociedade aprovar ou não. Agora, uma coisa temos certeza: se a reforma não for feita hoje garantindo direitos, dando possibilidade de uma regra de transição para os que ainda estão em atividade, uma boa regra de transição, ela será feita no futuro como foi feita em outros Países com graves consequências para os que já estão aposentados e que vão se aposentar no futuro.

Gostaria só, aproveitando esse tempo, de dizer: a reforma tem claramente quatro objetivos que devem ser perseguido e todas as sugestões que vierem nessa linha são boas. Primeiro: ela tem que dar consistência e segurança para os atuais aposentados receberem de preferência melhores condições as suas aposentadorias no futuro, inclusive corrigir as defasagens existentes, inclusive isso é permitido, não está no projeto mas já abrimos isso que já surgiu no debate, como também garantir que aqueles que vão se aposentar no futuro tenham o seu direito garantido. O segundo é maior justiça social, maior equidade, fazer com que cada um pague a sua própria conta, e não que uns paguem as contas dos outros, ressalvados os casos daquelas pessoas que foi levantado pelo primeiro Orador, que não conseguem atingir a sua condição de segurado, essas teriam um tratamento especial, não precisam pagar a sua própria conta, mas aqueles que têm condições tem que pagar a sua própria conta.

Então o segundo objetivo é mais justiça social e mais equidade. O terceiro objetivo é evitar que os municípios e estados entrem numa rota tal, que não tenham mais nenhuma capacidade de poupança e de prestação de serviços, é para onde eles estão caminhando, quer dizer, todos os impostos estão passando a ser gastos apenas para administrar pessoal, se não hoje, isso no futuro.

E o último objetivo que é importante, a Previdência Social que normalmente é um instrumento de déficit no caso brasileiro, ou num déficit explícito no caso do INSS, e num déficit implícito porque não aparece que é o caso das contas públicas, quer dizer, podemos gastar estes 15 bilhões de reais para pagar aposentados federais e não temos um bilhão para tapar os buracos deste País. Ou seja, há um déficit implícito, ele apenas não aparece, está escondido. Isto é importante que seja visto como um dos objetivos num projeto de fora. Esse instrumento de déficit tem que ser instrumento de poupança, a melhor poupança

para o desenvolvimento do País são exatamente as poupanças geradas pela Previdência Social. Porque você poupa hoje para se aposentar daqui 30 ou 40 anos, ou seja, são poupanças de médio e longo prazo necessárias ao financiamento do desenvolvimento.

E o Brasil não tem nem poupança pública, nem poupança privada suficientes para financiar o seu desenvolvimento. Então ela tem quatro objetivos muito claros. Trabalhando em cima desses quatro objetivos, tudo bem, todas as sugestões são bem-vindas e como disse: o Projeto não é meu não. Sou o único que a sociedade tem que entender. Inclusive os contra têm que assumir esta responsabilidade perante a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o tempo de V.Exa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradecendo a exposição do Ministro. Queremos, tão somente, desejar ao Brasil, não ao Ministro Reinhold Stephanes, desejar ao Brasil que o caminho das nossas gerações está nas mãos do Congresso Nacional e não na mão do Ministro da Previdência. Aquela faixa, em cima, Senhor Ministro, realmente, não é sua. O Senhor é transitório como somos, nesta Casa. Mas a Previdência é perpetuada pelo Brasil que somos. Se hoje os contra, realmente - no dia de amanhã, serão responsabilizados por não apresentarem opções, caminhos e soluções à sua proposta que não é proposta do Governo, é proposta da sociedade. A sociedade é presente no Congresso Nacional por todos os segmentos, por todos os Partidos. Falta, tão somente, aquilo que realmente o Brasil precisa que é o entendimento e um caminho social justo e digno à família brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - César Seleme com a palavra.

O SR. CESAR SELEME - Senhor Ministro, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar gostaria de parabenizar V.Exa. pela excelente exposição que fez, nesta Casa de Leis. Nós Deputados, somos muito questionados pela sociedade quanto à reforma. E, V.Exa. no dia de hoje, como sempre, com sua competência esclareceu muita coisa que estava em dúvida. E gostaria também de dizer a V.Exa. que dias atrás fiz um pronunciamento nesta Casa, aqui, sobre o repasse das verbas da extinta LBA. E houve um documento subscrito pelos Deputados, foi encaminhado à Brasília e gostaria de deixar registrado - para que, justiça seja feita - V.Exa. atendeu, de imediato. Em contato com o Dr. Antenor Bonfim, o mês de janeiro para as

instituições, creches e asilos já foram pagos. E fui informado pelo Dr. Antenor Bonfim, que, nos próximos dias, serão pagos fevereiro e março.

Destes Deputados e dos demais que subscreveram esse documento, quero agradecer o pronto atendimento de V.Exa.. E gostaria de lhe fazer algumas perguntas:

01 - Com a extinção da LBA o Ministério da Previdência e Assistência Social assumiu os programas do idoso, da criança e do adolescente, porém até o presente não foram ainda regularizados todos os repasses de verbas. Quanto tempo levará, para regularizar esta situação?

02 - Sabe-se que o governo comprometeu-se em assumir os compromissos assumidos em 1994, com as instituições prestadoras de serviços, APAE's, creches, asilos, porém existe uma dúvida em relação à renovação dos convênios com a Previdência para anos vindouros. Como ficarão estas renovações de convênios?

03 - Como fica a situação das Instituições que possuem débitos com o INSS patronal, haja visto a regulamentação da Lei somente ter sido aprovada em 1994. Quando será autorizado? E qual o setor da Previdência que transformará esses débitos em serviços?

04 - Sabe-se que a lei que garante "pensão" ao portador de deficiência já foi sancionada. Quando essa lei entrará em vigor e qual o órgão onde pode ser requerido esse benefício?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Ministro.

O SR. REINHOLD STEFANES - Portadores de deficiência: nós, legisladores somos muito hábeis em fazer leis, mas nem sempre somos hábeis em prever os recursos para isto e a forma em que isto possa ser executado. A lei sobre deficientes previu, na sua exposição de motivos, que deveriam ser selecionados em torno de 500 mil deficientes para o programa e que deveria haver um gasto em torno de 500 milhões de reais para isto. Não colocaram isto no Orçamento e não previram nenhuma estrutura para executar isto. Nem o Poder Executivo propôs, nem o Poder Legislativo se preocupou com isto.

Ora, a hora que abrimos as inscrições que está embutida na pergunta, vou ter pelo menos três milhões de pessoas que vão correr aos nossos guichês dizendo: "Eu sou deficiente e eu tenho direito a isto." E eu vou ter que ter toda a estrutura, escritórios e toda a estrutura para fazer a perícia e chegar a conclusão se a pessoa está enquadrada dentro daquele limite que foi dado de apenas atender 500 mil pessoas a pelo menos três milhões que chegaram lá.

Como isto não foi feito, apenas a lei foi aprovada e ninguém tomou a menor providência, e nem a legislação previu isto, isto está sendo estruturado e deverá entrar em vigor e será atendido pelos Postos do INSS que serão estruturados para isto, com alguns serviços terceirizados para exame, e talvez aí algumas instituições, tipo APAE e Santas Casas sejam colocadas no esquema para ajudar a fazer esta seleção, isto deverá acontecer a partir de janeiro próximo, ou seja, só daqui a oito meses, praticamente. Então está sendo estruturado.

Outra questão adicional que se colocou na lei é de que a renda média per capita tem que ser um quarto do salário mínimo. Quer dizer, a dificuldade inclusive de se analisar e se chegar a isto. Mas nós estamos de qualquer forma já trabalhando em cima disto para tornar pelo menos operacionalizável. E que isto entra em vigor efetivamente em janeiro a partir de janeiro.

Quanto aos débitos, a prestação de serviços para cobrir os débitos isto não existe mais. Esta possibilidade não existe. Quanto a questão da renovação dos convênios para os próximos anos, os convênios atuais foram prorrogados para este ano, então este ano está coberto, as liberações vão ser colocadas em dia agora já provavelmente ainda este mês, devemos pagar até março e talvez até o final do mês, quer dizer, vamos colocar isto em dia e a questão dos próximos anos teremos instruções também nos próximos meses o que vai acontecer nos próximos anos.

Em princípio a idéia é manter o que vai acontecer nos próximos anos. Em princípio a idéia é manter esses convênios que são chamados convênios de ação continuada. Em princípio a idéia é manter isto. Só de forma altamente descentralizada. Quer dizer, a idéia, todo o modelo de assistência social é de que a decisão na aplicação dos recursos e a decisão para prestação de contas cabe aos Conselhos Municipais de Assistência Social ou ao Conselho já existente que pode ser até de saúde, que assuma a função de Conselho de Assistência Social. Quer dizer, a ação vai ser altamente descentralizada. Tanto na decisão da aplicação, como na verificação das prestações de contas. Estas coisas não vão mais a Brasília, mas isto está sendo também estruturado e teremos instruções logo a seguir.

Tenho a impressão que as perguntas eram mais ou menos estas, não é, Deputado César Seleme?

O SR. CESAR SELEME - Muito obrigado, Ministro. V.Exa. como sempre competente na sua exposição e na explicação. Fico

agradecido e dizendo que esta Casa mais uma vez se sente honrada com sua presença. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado João Techy.

O SR. JOÃO TECHY - Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Ministro, Deputados, Deputado Elio Rusch, que convidou o Senhor Ministro. Muito brilhante a sua explicação a respeito das reformas. Gostaria de questionar só como é que o senhor vê os fundos de previdência das Prefeituras? A gente sabe que elas estão em dificuldades - bastante - pagamentos a serem efetuados, escalonamento das dívidas passadas e temos acompanhado algumas Prefeituras a respeito dessa previdência, desse fundo de previdência.

Essa questão é simples, a respeito de como o senhor vê as Prefeituras atualmente quanto aos seus fundos de pensão de previdência.

O SR. REINHOLD STEPHANES - Essa é uma das questões delicadas e difíceis para o futuro. Nós temos hoje 1037 fundos de pensões de Prefeituras e vinte e sete de Estados.

Tive uma reunião em São Paulo com praticamente todos, e fiz essa pergunta a eles: "Os Senhores acham que terão condições daqui a dez anos de honrarem com os compromissos que estão assumindo?" E houve quase uma unanimidade em dizer que não. Ou seja, estão se criando fundos, os recursos não estão sendo depositados, não estão sendo capitalizados, e o Municípios, os Tesouros Municipais terão que assumir isto porque os fundos não terão como pagar isso daqui dez, ou quinze anos quando as pessoas efetivamente começarem em maior número a se aposentar. Então, é uma questão bastante delicada.

O Projeto de Lei, a idéia, o modelo nosso, tanto o que está na constituição como o que vai depois para lei complementar, não é acabar com os fundos, é apenas ditar que regras eles devem seguir se eles quiserem continuar existindo. Que regras? Uma disciplina mais séria em relação a isso. Porque hoje não há disciplina nenhuma, há uma autonomia Municipal total, a Câmara de Vereadores reúne, decide, e não pergunta; e o Prefeito também reúne, decide, e não vê quem vai pagar a conta daqui a dez ou quinze anos. Quer dizer, esta é a questão mais grave. A nossa idéia é que dentro do sistema geral o critério de aposentadoria de funcionários municipais seja uniforme para todo o País, e seja algo executável. Agora, além disso quiserem manter o fundo será por regras muito rígidas efe-

tivamente de capitalização.

O SR. PERICLES DE MELLO - Sr. Ministro, eu pertencço ao Partido dos Trabalhadores, e na verdade uma das discordâncias fundamentais que nós temos para esse projeto é a questão do método. Numa sociedade altamente individualista, do salve-se quem puder, e todo o tipo de injustiça social, concentração de renda absurda, concentração da terra mais absurda ainda; as pessoas mais pobres pagam mais impostos relativamente às pessoas mais ricas. Tanta coisa há que ser feita para se transformar o País, e se começa justamente por se discutir a questão da Previdência de uma forma global. É outra questão de método. Poderia haver um método de acabar primeiro com a injustiças absurdas na previdência como o Senhor mesmo colocou pessoas se aposentando com cem salários mínimos. Isso o Partido dos Trabalhadores é plenamente favorável. A aposentadoria dos Parlamentares com oito anos de serviço o PT é plenamente favorável. Mas não, se engloba, num único Projeto se prioriza essa reforma, outras reformas, como é o caso que o Deputado Colombo já colocou que a reforma tributária, que isso sim poderia resolver questões estruturais do País. No entanto, se prioriza uma reforma desse tipo, que pela simples vivência da nossa realidade nos perturba. Vamos pegar alguns exemplos, vamos pegar um operário de uma madeireira. Eu moro numa cidade, Ponta Grossa, uma cidade de muitas madeireiras, uma pessoa que trabalha com um ruído ensurdecedor, um calor infernal, corre risco de perder dedo, mão, assim por diante. Se esse trabalhador começar pela atual legislação a trabalhar com 18 anos de idade, ou com 16 anos de idade, ele pode se aposentar com 51 anos, se ele chegar em condições físicas de saúde depois de trabalhar 35 anos numa madeireira. Numa metalúrgica, nós conhecemos também o trabalho dos metalúrgicos.

Em que condições o trabalhador deste tipo chega a uma aposentadoria? Este projeto do Governo engloba numa coisa só, homogeneiza trabalhadores diferentes, quer dizer o sujeito numa madeireira vai trabalhar até 60 anos de idade? Mais um exemplo, aqui estão os professores, um professor hoje de ensino médio ou 1º grau, ele é obrigado a trabalhar 40 horas, por semana, para viver com um mínimo de dignidade, isso tem uma influência nefasta no próprio nível de cultura do País, porque o professor não pode nem ler, não pode nem comprar um livro. Inclusive nós sabemos que na Europa, o avanço cultural que teve foi porque os professores foram sempre contemplados com um regime de trabalho diferente, para poder ler, ter lazer, discussão para fazer uma Educação melhor. Se ataca a apo-

sentadoria dos professores! No entanto, Sr. Ministro, é uma questão de método também, a mesma Lei do Governo que diz que é vedada a percepção simultânea de rendimentos de aposentadoria com a remuneração de cargos, emprego ou função pública, ressalvados os cargos mencionados, no final da Lei diz que este mesmo Artigo entrará em vigor 2 anos após a promulgação desta Emenda. Para salvaguardar os direitos dos Ministros, como o Sr., que além de receber uma aposentadoria o Sr. recebe como Ministro. E de outros casos que podem acontecer, não há nada de pessoal nesta questão. Quer dizer, que método é esse? Como é que a sociedade pode reagir numa Lei que tenta ser equânime, hipoteticamente, e coloca coisas complementares diferentes no mesmo patamar, o professor, o madeireiro, o metalúrgico, e que resguarda aqueles que estão no cargo no Poder atual, que é claro é o único objetivo que pode ter isso. Diante dessas questões gerais, e nós do PT temos dificuldades em apresentar um projeto alternativo, não temos dúvida disso, estamos discutindo essa questão, gostaria de fazer algumas perguntas: - Qual o motivo deste artigo, de reguardar por 2 anos este acúmulo? E se o Sr. podia colocar para nós quais os dados de sonegação que o Governo tem, estimativa e as atitudes do Governo concretamente para resolver estes problemas?

O SR. STEPHANES -- Olha, meu caro Deputado, confesso que na minha visão V.Exa. estava indo muito bem e eu talvez concordaria com 80% das premissas que foram colocadas. Claro que a concentração de renda existe e a concentração de renda é igual no sistema previdenciário o quanto ela é na forma geral, na sociedade. Ela é igual, há um grande nível de concentração. Da mesma forma que V.Exa. falou que os pobres pagam mais impostos, os pobres também estão pagando mais contribuição. E exatamente isso que se deseja corrigir. Isso é urgente!

Quanto às questões levantadas de aposentadorias especiais, as aposentadorias especiais por trabalhos insalubres se não se manter a situação atual, e aí eu não conheço nenhum projeto.

Vou ser um pouco deselegante, no final porque acho que V.Exa. foi extremamente deselegante com a minha pessoa, quando disse que os 2 anos era para favorecer Ministro. Mas vai ouvir a resposta! Eu não vi até hoje o vosso partido apresentar um Projeto de Lei que corrija essas situações, das pessoas que trabalham na área dos madeireiros e que têm uma situação, mas que por outro lado corrija fundamentalmente os erros da Legislação que estão aposentando engenheiros de minas, que tra-

balham' nos escritórios da mesma forma que os engenheiros que trabalham no fundo da mina! Os eletricitários de escritório da mesma forma que aqueles que trabalham expostos. Dos elementos da Petrobrás que estão em situação especial da mesma forma que os que não estão em situação especial! Isso tem e deve ser corrigido, deverá ter aposentadoria especial, por condições insalubres.

Não precisaria constar em nenhum projeto de reforma previdenciária a questão da acumulação de cargos. Ninguém reivindicou, nem no Projeto que o PT apresentou ele colocou uma cláusula desta tão dura que diz o seguinte: "Quem ocupa um cargo público não tem direito de receber aposentadoria". Porque não teve coragem de apresentar porque sabe que isso não passa. Tive a coragem de apresentar, deu dois anos porquê? Por uma simples razão, porque as prefeituras, os Estados, a União, estão cheios de funcionários aposentados ocupando cargos, e tem que dar um prazo para que eles se adaptem a uma nova situação, tem que se dar prazo, não pode se dizer, a partir de amanhã não pode mais, eles tinham que procurar novos secretários, novos diretores, novos chefes, era o mínimo que se espera que se dê uma transição para isso de dois anos. Agora, fazer a ilação de que isso foi para favorecer Ministro é no mínimo medíocre, agressivo, é no mínimo desrespeitoso.

Por isso que é tão difícil se discutir um assunto sério quando se coloca as coisas nestas bases. Gostaria de ter perdido esse assunto só num assunto que foi levantado, a questão das professoras. Se alguém me fizer a pergunta terei todo prazer em falar de assunto sério, efetivamente sério. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A réplica, Deputado Pêricles de Mello.

O SR. PERICLES MELLO - Sr. Ministro, o Sr. me desculpe, mas eu não merecia ser tratado desta forma. Parece que o Senhor está vestindo uma carapuça que eu não coloquei, temos que ser claros nisso, falei que isso resguarda direitos de Ministros, isso é verdade. Agora o Senhor tentar passar para o opinião pública que o governo que o Senhor representa faz uma política completamente pura, isso que é desonesto. Se nós estamos vendo todos os dias nos jornais o Governo negociando cargo, lutando pelo poder os próprios partidos de sustentação desse governo negociando para poder votar a favor do Governo. Então eu não posso aceitar que o Senhor coloque em mim uma responsabilidade desse tipo, e nem fiz ilação ao seu respeito, porque se eu fizesse ilação ao seu respeito eu faria ou-

tras, eu coloquei questão de método.

O senhor não me respondeu. Acho que esse método está equivocado, é método do Governo de fazer política equivocada. Em vez de começar as principais injustiças deste País para ter inclusive um amplo apoio social e das classes trabalhadoras, se mistura todas as coisas, justas com injustas.

Mas eu perguntei para o Senhor qual são os dados de sonegação que o Senhor teria para nos passar se fosse possível, estimativas do Governo, e as atitudes concretas que o governo está fazendo para resolver? E mais uma questão que esqueci de colocar na primeira fala, eu tenho dados, não sei se estão corretos, que diz o seguinte: Dados de janeiro de 95, permitem afirmar que a Previdência gastou em pressivos 0.418% do montante gasto com as aposentadorias urbanas do País com o pagamento das aposentadorias especiais de aeronautas, jornalistas e professores juntos. É verdade isso na sua análise?

O SR. REINHOLD STEPHANES - Eu não conheço esse dado.

O SR. PERICLES DE MELLO - O Sr. poderia nos dizer o que representa isso aproximadamente em termos de percentuais de gastos da Previdência na aposentadoria de categorias como professores por exemplo e aeronautas?

O SR. REINHOLD STEPHANES - Aeronautas estatisticamente, praticamente perto de zero. A questão que se discute de aeronautas é que em nenhum País, e nem no Brasil o aeronauta, ou seja o piloto, deixa de trabalhar antes dos 60 anos de idade e no entanto a nossa legislação acha que ele tem que se aposentar aos 45. O erro está apenas nisso, não existe nenhum comandante de jato tem menos de 45 anos ou raramente o tem.

Tenho os expedientes das empresas aéreas brasileiras, isso no exterior não entra nem em discussão, eles nem entendem isso que o Brasil um piloto com 45 anos tem direito a ir para casa, eles nem entendem isso, é difícil explicar, dizem que é erro de redação.

Agora no Brasil todas as empresas aéreas me mandaram um expediente dizendo o seguinte: Todos os pilotos que assim o desejarem são recontratados e trabalham até os 60 anos de idade em condições ótimas sobre todos os pontos de vista. Portanto a nossa legislação em relação ao assunto está errada.

Em relação às professoras, o grande gasto das professoras são nas folhas estaduais e municipais e não nas folhas do

INSS.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Emerson Nerone.

O Sr. Emerson Nerone - Sr. Ministro Reinhold Stephanes. Primeiramente gostaria de reportar alguns comentários sobre a pergunta do Deputado Colombo e dizer que o PT gostaria de mostrar, sim, uma proposta à sociedade civil mas não nos moldes propostos até hoje pela ditadura militar e pelos governos que a sucederam até hoje pela ditadura militar e pelos governos que a sucederam sem uma discussão ampla no meio da sociedade, sem uma discussão ampla no meio dos sindicatos ou das categorias organizadas e mais, provavelmente, daquelas, sem ouvir de alguma forma as categorias não organizadas em sindicatos, em centrais ou coisa que o valha.

O PT gostaria de fazer uma proposta abrangente, dessa forma, e juntamente com o governo - repensar - a partir de uma discussão com toda a sociedade civil e não algo em toque-de-caixa feito como está se dando.

Mas ao falar de trabalhadores não quero me reportar aos trabalhadores organizados ou não, quero me reportar a todos: aos rurais, aos camponeses, aos que hoje estão desempregados, aos organizados, aos autônomos etc. Sr. Ministro esses trabalhadores estiveram excluídos, nos últimos 30 anos pela ditadura militar, de qualquer decisão e mesmo de qualquer modo relativo à aplicação de recursos. Eles tiveram a sua participação absolutamente excluída nesses 30 anos. Não me reporto a V.Exa. mas à parcela, à linha política que V.Exa. representa e, obviamente, temos que falar nesses termos porque é uma linha política adotada com relação à previdência. Não é contra V.Exa. mas à linha política que V.Exa. representa. E, exatamente, substrato desse período de ditadura militar desses últimos 30 anos. E, obviamente, sob comando de Antônio Carlos Magalhães etc.

O PFL, Sr. Ministro, é sim, na maioria das vezes com reformas efetivamente sérias, contrário à reforma da Constituição. Pois, se não, vejamos: Qual seria o motivo do PFL ser contra a queda do sigilo bancário, que não fosse... quer dizer, qual o motivo de ser contra a queda do sigilo bancário num país que se diz que quer reformar a Constituição. É possível fazer alguma reforma séria se nossos parlamentares que a reformam são contra a quebra do sigilo bancário? E o PT é, absolutamente, favorável a essa quebra do sigilo bancário e o PT é favorável à reforma à Constituição nesse sentido.

O PFL é contrário à reforma do Judiciário no tocante a um controle externo do

controle do Judiciário. O PFL é contrário e o PT - é favorável! E partimos do pressuposto que é preciso reformar o Estado a partir de pontos essenciais como quebra de sigilo daqueles que votam as reformas, como o controle judiciário daqueles que vão interpretar essas reformas, com quebra de várias e várias coisas que têm trazido e levado a essa situação que é caótica.

O Senhor como neoliberal e representante do PFL poderia estudar um pronunciamento por parte do PFL, de se pronunciar a favor das privatizações, enquanto que o dinheiro das privatizações fosse, para cobrir o rombo do INSS, o rombo da previdência no tocante a todo dinheiro gasto com a construção de Brasília, da Ponte Rio-Niterói, dos grandes empreendimentos da época da ditadura, ou seja: Itaipu, Transamazônica etc. E isso faria com que uma parcela muito grande desses recursos voltasse ao INSS. A aí sim, poderíamos falar, em cálculo atuarial. Porque falar de cálculo atuarial hoje, para a sociedade brasileira, é um absurdo. Porque a maioria absoluta das pessoas não imagina nem o que é isso. E tenho certeza que muitos parlamentares lá em Brasília, mesmo os que estão discutindo - talvez alguns até do meu próprio partido, não saibam o que significa cálculo atuarial. Mas aí, sim, faríamos, essas mesmas contas, aqui no tocante a despesas que a Previdência terá no futuro.

Em cima desses novos cálculos atuariais, em cima dessa reposição de recursos roubados pela ditadura, pelos governos que a sucederam, gostaríamos de pedir, então, novamente essa exposição.

Segundo: O que me chamou a atenção de alguns pontos, trezentos e poucos coronéis que serviram durante esse período todos dos Partidos que dão sustentação hoje ao Governo Federal, trezentos e poucos Coronéis ganham uma fortuna incalculável e isto o PT defende, absolutamente, favoravelmente contra, quer dizer, que se mantenha este sistema.

Nós defendemos isto desde o início do Partido, nós defendemos contra aposentadorias especiais para Judiciário e Legislativo quanto a seus funcionários ou quanto aos magistrados.

E nós temos certeza de que nos Legislativos e nos Judiciários deste país, controlado até hoje por essa direita, por este Governo que aí está foi o que...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o tempo de V.Exa.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. REINHOLD STEPHANES - Eu tenho uma certa dificuldade, vamos primeiro entender o que é ser neoliberal, mas não pe-

co que o Deputado me defina isto, porque ficaríamos no discurso. A segunda eu tenho uma certa dificuldade em saber se a previdência social gastou alguma coisa na construção de Itaipu e na construção da Ponte Rio-Niterói? Gostaria dessa informação porque eu confesso que não a tenho. Quando foi isto e que valores foram? E gostaria também, porque foram citadas aí três questões: construção de Brasília, Itaipu, Transamazônica e Ponte Rio-Niterói. Gostaria que o Deputado me fornecesse alguma informação um pouco mais concretas para que eu possa responder alguma coisa em relação a isto?

O SR. EMERSON NERONE - O senhor se recorda, Dr. Rosinha, qual o jornal o próprio Ministro declarou isto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr. Ministro só poderá responder aos senhores Deputados o objeto da sua exposição.

O SR. REINHOLD STEPHANES - Sei que o nobre Deputado não sabe e eu sabia que ele não sabia, por isso que fiz a pergunta. Quer dizer, falta um pouco de seriedade, profundidade no debate brasileiro...

(Vozes Paralelas)

Agora eu estou com a palavra. Falta um pouco de seriedade. Em Itaipu não houve aplicação. Na ponte Rio Niterói não houve aplicação e no caso da construção da Transamazônica também não houve. Houve sim na de Brasília, é verdade e houve em outras que o Deputado não sabe e também agora não me foi feita a pergunta e também agora não vou citar. Mas acho que nós tínhamos que ser um pouco mais precisos no debate.

Quer dizer, ficar no discurso, na demagogia, no lançamento de coisas que as pessoas acabam inclusive acreditando quando se diz isto. Não sei que jornal publicou, que dia foi, quem falou, por que falou, quer dizer, vamos ter um pouco mais de seriedade nesta questão. Fora isto eu acho que não foi feita nenhuma pergunta a mim sobre nada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Deputado Nelson Turek.

O SR. EMERSON NERONE - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de ter direito a minha réplica. **(Assentimento)**

Senhor Presidente, Senhor Ministro, achei que Vossa Excelência mesmo negaria que tinha falado isso. Mas vou remeter ao Congresso, ao Ministério esta reportagem. Achei que Vossa Excelência mesmo se lembraria do que havia falado.

O SR. REINHOLD STEPHANES - Não. Isto foi

pronunciamentó da CUT, do Vicentinho em São Paulo que atribuíram a mim. Apenas isto. Então agora ficou muito claro o que foi.

O SR. EMERSON NERONE - Eu vou remeter a V.Exa.. Quanto...

O SR. REINHOLD STEPHANES - Não. Não precisa me remeter nada.

O SR. EMERSON NERONE - Sr. Presidente, Sr. Ministro, gostaria apenas de remeter isto.

Tremi e acho que os 11 milhões de pessoas hoje da previdência estão tremendo quando ouviram a informação de que o Senhor queria tranquilizá-los e que não haveria, que isto tudo não mexeria absolutamente na sua aposentadoria. Esses 11 milhões de brasileiros que estão hoje ganhando salário mínimo estão esperando sim reformas e nisto a gente concorda, é necessário reformas que tragam uma maior massa de dinheiro, uma estruturação melhor na questão tanto de sonegação quanto a questão da arrecadação para que os salários possam ser aumentados pela previdência.

Só gostaria de lembrar isto quando o Senhor citou os Poderes Legislativo, os Poderes Executivos e os coroneis, e gostaria só de perguntar a Vossa Excelência se isto representa um número muito grande e lembrar só a Vossa Excelência quem é que esteve no Poder dando todo esse emprego e possibilitando toda essa sonegação no tocante ao rombo da previdência?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Deputado Nelson Turek.

O SR. NELSON TUREK - Sr. Ministro Reinhold Stephanes das lutas travadas, dos erros e acertos, a Vossa Excelência com o seu dinamismo siga com seriedade. Cem mil, quase cem mil eleitores do Paraná acreditam e acreditaram, e continuam acreditando no nosso Ministro, o Ministro que está transformando a Previdência Social deste País. E o maior exemplo foi em 1990 quando o Ministro assumiu este Ministério e deixou em perfeitas condições. E quando o Governador do Rio Grande, o Brito assumiu e é Governador, pela sua experiência e capacidade.

Ao nosso Ministro queria deixar registrado aqui, agora, que neste País se late demais, se late e não se fala as coisas verdadeiras, seriedade, quando alguém quer fazer alguma coisa pelo mais simples trabalhador desse Estado, desse País, quando alguém está pensando para ajudar o mais simples trabalhador, tirando as vantagens daqueles que se aposentam com rios

de dinheiro hoje, e dizer uma coisa Senhor Ministro: qualquer político desse Estado do Paraná que tivesse adquirido o direito que o Senhor adquiriu com trabalho sério desde os dez anos na escola agrícola de Rio Negro, todos eles queriam o direito que o Senhor tem hoje. E prova a sua honestidade, que o Senhor está tentando mudar, mudar para um Brasil melhor. Eram essas as colocações.

Muito obrigado.

O SR. REINHOLD STEPHANES - Muito obrigado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Cheguei atrasado porque estava numa mesa redonda, num congresso internacional que estava discutindo saúde ocupacional. Cheguei aqui quando o Senhor Ministro falava das questões do desequilíbrio, um trabalhador rural, que não estudou na escola rural, mas estudou no cabo da enxada; citou a questão dos coronéis; da qual o PT defende que se acabe com todos os privilégios; citou o exemplo de um soldado e colocou que a expectativa de vida seria de 76 anos. O IPEA em 93 divulgou que a expectativa de vida ao nascer em nosso País é de 57 anos. O Ministro diz que propõe as reformas para acabar com esse desequilíbrio e propõe justiça social. Justiça Social se faz com um fundo único e solidário, assim nós do PT defendemos porque temos propostas. Pergunto ao Sr. Ministro: O Sr. não acha que as injustiças serão corrigidas com o fundo único? Essa é uma questão. Segundo ponto, Vossa Excelência estava falando dos fundos de Previdência dizendo que o Governo, parece que o Sr. disse que o Governo teria que injetar 30 bilhões de dólares; e aí conseqüentemente as tarifas, bilhões ou milhões que o Sr. tinha citado, eu estava acabando de chegar, e que aí teria que aumentar as tarifas de luz, telefone.

Órgãos Governamentais têm criticado esses fundos quando eles investem no fomento e desenvolvimento econômico do nosso País, ou seja, se eles estão investindo é porque é necessário ter retorno para poder ter um investimento e saldar com os associados. Pergunto ao Sr. Ministro: as direções desses fundos negam isso daí, nós como cidadãos, acreditamos no Ministério ou acreditamos na direção desses fundos?

Questão da reforma fiscal, é sabido que se fala numa reforma fiscal e diz-se que a crise na Previdência é séria. Isso já se fala há muitos anos, antes de Valdir Pires, e todos os momentos mostrou que a crise da previdência encontraria a sua solução. A auditoria do TCU da União, não diz que tem estas dificuldades. Nós sabemos que grandes empresários quando pagam impostos declaram rendimentos como e fossem donos de quitanda. O percentual do PIB

brasileiro, não que diz respeito a arrecadação de impostos é muito baixinho se compararmos com Suécia, 56%, a França 41%, o Japão 28,3%. Fala-se que o Brasil atualmente está com 23 ou 24%. Estas são dados do FMI de 1992. Pergunto a Vossa Excelência, porque não se faz primeiro a reforma fiscal e aí sim teremos a dimensão das necessidades da previdência?

Outra questão, é sabido que o Brasil coloca de 4,5 a 5,5% do PIB como gasto da previdência. Outros países como a Holanda coloca 29,4%, França 18,6%, Argentina 7,4 e Uruguai 7,3%. O Sr. não acha que os estados brasileiros devem assumir o seu papel social e aumentar o percentual do PIB?

Estas são as minhas questões porque entendemos que a reforma ora proposta não atende as necessidades da população brasileira porque não acaba com os privilégios. O projeto atual que o Sr. disse que se aprovado o Sr. não tem lucro nenhum se não for aprovado o Sr. mantém as aposentadorias que o Sr. já tem, e se for aprovado o artigo levantado pelo companheiro Péricles demonstra que pode auferir mais alguns privilégios.

E solicito de Vossa Excelência o obséquio de como tratei Vossa Excelência com educação que o faça em relação a mim, porque isso não aconteceu aos meus companheiros de Bancada.

O SR. STEPHANES - Até chamei o seu companheiro de Bancada de S.Exa., acho que foi o único Deputado que chamei de S.Exa., com uma deferência toda formal.

Agora é uma questão de dignidade, tanto como pessoa, antes de tudo, como uma questão de dignidade pelo cargo que ocupo de não poder ser chamado literalmente de desonesto ao propor algo que foi feito para favorecer aos ministros, a expressão usada foi essa, favorecer aos ministros.

Então, evidentemente, não obstante tenha chamado de S.Exa., todo o tempo, eu não me lembro quando faltei com a educação, apenas defendi a minha dignidade e a dignidade de meu cargo.

Jamais ofendi algum membro de vosso partido, jamais chamei de desonesto ou de mentiroso um membro de vosso Partido.

Vou, da mesma forma tratar o nobre Deputado de Sua Excelência...

Não é correta a afirmação aqui citada e atribuída ao IPEA que ao nascer a idade média do brasileiro é 57 anos. Primeiro: não é correta.

Segundo eu aconselharia o nobre Deputado a consultar os trabalhos do IBGE ou de melhores instituições em demografia do País, que poderão lhe dar informações corretas. Segundo: É inadmissível usar-se expectativa de vida, ao nascer, para se discutir previdência

social, pensões e aposentadorias.

Aí tem que se usar expectativas de vida nas faixas de idades em que as pessoas podem atingir a aposentadoria, ou seja na faixa de 50,55 ou 60 anos.

A outra pergunta é quanto a questão do relatório do Tribunal de Contas da União. Tenho certeza e aí não estou chamando a atenção, estou apenas dizendo que o nobre Deputado não teve a oportunidade de ler o relatório do Tribunal de Contas da União, ele diz muito claramente de que a Previdência não teria condições de financiar o aumento daquele Projeto 02/95. Apenas o que é interessante é que a versão que se vende para a sociedade e a que vai para a imprensa é a que vale, e não o fato real do que está escrito no relatório. Não obstante o próprio Tribunal afirma, seu auditor afirma com muita clareza que o Tribunal não tem competência para fazer as projeções, ele cita as projeções matemáticas, que ele não tem. Portanto, só isso iluminaria qualquer outro resultado do relatório. O relatório é rigorosamente baseado em dados da própria Previdência Social e até na forma de cálculos usado pela própria Previdência, então eu não poderia chegar a conclusão diferente daquela que a Previdência chegou, mas o relatório foi utilizado com um instrumento mais político do que propriamente dito um instrumento de trabalho e da aferição de dados. Isto ficou muito claro numa reunião que eu fiz com todos os líderes que é exatamente no dia do acordo, esse relatório sempre apareceu no dia do acordo, e com o próprio representante do PT junto e todos acabaram concordando com o relatório não teria nenhuma influência, tanto que não se falou mais no assunto.

A questão em quem acreditar, eu posso dizer com toda segurança a S.Exa. e a todos que estão me ouvindo, eu não tenho nenhuma razão, tanto como um profissional agora em esconder qualquer dado, qualquer informação, até porque não é possível, não haveria nenhuma razão, posso até cometer um equívoco em divulgar um dado, mas se eu cometer eu saberei pedir desculpas e retificar um dado. Segundo é que citaram alguns exemplos, e é bom que a gente entre em cima dos exemplos, então citaram a questão de Valdir Pires que desde a época da questão se fala. Acho que tem que se deixar muito claro que o índice mais baixo da história da Previdência brasileira de pagamento médio a aposentados foi durante a administração do Ministro Valdir Pires, a mais baixa da história do Brasil. É bom quando se citam determinados exemplos, determinadas situações, agora, os dados que eu tenho demonstrado são corretos, artigos assinados sobre isto, agora ninguém pode desconhecer que em 1992 por exemplo nós

pagávamos transferidos 15% da saúde e deixamos de pagar, claro que não fechou com déficit no final do ano, por duas razões, porque deixou de transferir o dinheiro para a Saúde, e segundo porque pagávamos até 15 dias de defasagem numa inflação de 2% ao dia e aplicávamos o dinheiro no dia da arrecadação rendendo 2% ao dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado para o Ministro, para a réplica Deputado Rosinha.

DR. ROSINHA - Estou esperando que o Ministro responda as questões, o Senhor não acha que as injustiças serão corrigidas com um fundo único e solidário uma vez que o Projeto de Vossa Excelência não propõe um fundo único, exclui alguns setores da sociedade desse fundo, foi essa a pergunta que eu fiz e não foi respondida.

O SR. REINHOLD STEPHANES - Acho, acho.

DR. ROSINHA - O Senhor pode achar mas no Projeto de emenda mandado para o Congresso não consta. A outra questão que perguntei é se a reforma fiscal do Sr. Ministro não deve ser feita anteriormente, uma vez que quem paga somos nós trabalhadores os demais não pagam, e é lógico que corrigindo a arrecadação do Estado pode o Estado brasileiro assumir o papel que hoje ele não assume, no que diz respeito inclusive na questão da Previdência, que ele acaba não assumindo esse papel. E na exposição que o Sr. Ministro colocou anteriormente ele diz que terão as regras de transição claras. Como é que nós vamos votar, a Bancada Federal do PT ou nós vamos apoiar um Projeto de modificações da Constituição no qual nós não sabemos quais são essas regras de transição, elas não estão estabelecidas no Projeto que foi para o Congresso Nacional, pelo que eu tenho lido, e eu li totalmente o Projeto, Vossa Excelência usa dizer que a gente não leu, dando impressão que só uma pessoa que leu. Li, não constam as regras de transições, não constam uma série de questões que têm que ser levantadas, e inclusive são pontos que podem ser complementados na legislação complementar, na legislação que não precisa mexer com a Constituição. Esse é um ponto. E o artigo referido pelo meu companheiro Pêricles, aquele artigo não tem razão de estar existindo. Porque, se toda transição não está clara. Por que, naquele momento, a transição para quem ocupa cargos fica clara que daqui dois anos ele perde esse direito? Isso é diferente. Precisa de reforma a Previdência? Precisa. Precisa modificar? Precisa. Agora, o que? E é premissa que se faça uma reforma fiscal, no nosso entendimento, anteriormente. Para aí sim,

podermos saber, quem vai pagar? Porque, inclusive, cobrar. O maior peso da arrecadação hoje é da contribuição. Empresas hoje, pequenas, não suportam pagar a Previdência Social enquanto as grandes vão informatizando, robotizando e cada vez diminui sua contribuição, aumenta o lucro dessas empresas e não se fala em reformas fiscais. Que tem que ser a primeira a ser feita.

MINISTRO REINHOLD STEPHANES - Deputado, quanto ao fundo único, que não chamei de fundo único porque o próprio projeto chamou de regime único. Eu sou uma pessoa defensora do regime único.

DR. ROSINHA - Mas o Projeto não é!

REINHOLD STEPHANES - Porque um Projeto desses não é um projeto meu. Mas estou de acordo. Agora, quanto à questão das regras de transição, elas servem muito bem de argumento para quem quer encontrar alguma coisa para ser contra. Por quê? Porque o próprio projeto apresentado, que o PT apresentou, não tem regra de transição. Também não tem. Por que não tem? Por uma razão lógica. Digo o seguinte: que a regra de transição será de forma a obedecer critérios proporcionais. Aí já está muito claro dizendo que ela é proporcional ao tempo. Agora, foi aberto no debate e isso é uma questão de discussão numérica que já foi aberta, já foi dita, já foi escrita e publicada dizendo o seguinte: que a regra de transição poderá até no seu detalhe, fazer parte das disposições transitórias à medida em que se cheguem a algumas diferenciações. Por exemplo: é muito provável que a regra de transição para a professora primária seja diferente da regra de transição para o Ministério Público ou para o Poder Judiciário. É muito provável que seja diferente. É muito provável que a regra de transição para o trabalhador do sistema INSS que já contribui 35 anos, seja diferente da regra de transição para aquele que contribui, só com 25 anos, hoje.

Como essas questões tinham que ficar em aberto, nós apenas colocamos um artigo genérico. Isso foi dito, inclusive, aos representantes do seu partido no Congresso - que essa é uma questão em aberto, agora, para ser discutida, e depois ou um acordo para que isso conste em lei complementar ou conste nas disposições transitórias da Constituição. Quanto aos dois anos, novamente a pergunta é colocada como exemplo maldoso. Nós colocamos dois anos, para, exatamente, evitar que se negociasse depois 10, 15 ou 20 anos que é o que vai acontecer. Então achamos que essa é uma coisa que tem que matar logo para evitar que depois, na lei complementar, isso se

eternize. Nós queríamos que houvesse vigor imediato. Porque dois anos, no mínimo, vamos levar, depois, para aprovar lei complementar. Veja bem que houve uma razão muito lógica para isso. No entanto, quem está com má vontade, quem está contra, consegue, rapidamente, uma interpretação totalmente diversa daquela que, efetivamente, é a interpretação correta.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Ministro. Em primeiro lugar compreendo a sua posição e a dureza até de certas colocações que o senhor faz, porque o senhor vem, na verdade, fazendo grandes debates nacionais, com sindicalistas, líderes políticos altamente capacitados e é compreensível que o senhor tenha que ter, de fato, muita energia até, ao colocar determinadas respostas e claro, não aceitar quando a julga de caráter pessoal.

O Senhor defende, seguramente, uma causa justa, quando propõe a extinção das aposentadorias privilegiadas. E não me refiro só a dos parlamentares, do Poder Judiciário, das estatais, dos fundos de pensão, que todos nós na verdade, cidadãos, que como o senhor eu comecei trabalhando numa oficina mecânica, quem está fora do Estado, de um plano geral, sabe muito bem das ruas como é que funciona o sistema previdenciário e que não tem nenhum tipo de privilégio em aposentadoria. E de fato esta é uma causa justa.

Agora, uma causa muito injusta quando o senhor fala em acabar com aposentadoria por tempo de serviço, porque como muito bem disse o Deputado Péricles e citou exemplos extremamente interessantes.

A minha primeira pergunta é a seguinte: não seria muito mais simples nesta questão, sem ser reducionista, simplificar uma questão que é complexa, dizer o seguinte: há um Deputado paranaense, o Max Rosemann, eu li recentemente nos jornais que propõe o seguinte: mantém-se aposentadoria por tempo de serviço, trinta e cinco anos, mas estabelece como o limite para o exercício desta aposentadoria a idade de 55 anos, que é uma proposta que ele faz e que na minha avaliação seria uma idade razoável até pelos quadros demonstrativos que o senhor fez.

E perguntaria para o senhor ainda o seguinte: o senhor mostrou um quadro que contrasta com aquele famoso relatório que o senhor acabou de mencionar, do Tribunal de Contas da União.

O Tribunal lá diz que há um saldo, eu não sei se financeiro ou

operacional, de dois bilhões de reais referente ao exercício de 94 e o senhor mostrou que há um saldo negativo operacional de 1,6 bilhões ainda no exercício de 94? Eu queria que o Senhor pudesse me esclarecer isto?

A terceira pergunta é que em relação aos quadros demonstrativos que o senhor fez aqui, eu queria perguntar ao Senhor o seguinte: os demógrafos que prepararam esses documentos, na minha avaliação muito bem preparados, eles espelham a situação, é um retrato do INSS hoje, a partir claro da sistematização, da síntese das aposentadorias que são exercidas hoje? Esta é uma questão que na minha avaliação o Senhor já está me respondendo, já vi que sim.

E queria perguntar ao Senhor o seguinte: o Senhor tem uma idéia, eu aqui via outro dia, como todos nós da Educação do Governo do Estado e ele dizia, respondendo a uma pergunta, que cem professores por dia no Paraná estão se aposentando. Todos nós aqui temos amigos que são membros do Ministério Público, da Magistratura, e que na verdade o que estamos assistindo, deve estar acontecendo no Brasil toda uma profunda, em profunda velocidade na Universidade Federal do Paraná, as aposentadorias que estão acontecendo, só pelo simples fato da discussão do projeto. O Senhor tem uma idéia de quanto é que vai empatar na folha de pagamento das aposentadorias, essas aposentadorias que eu diria embora legais, mas precoces, de quadros que estão preparados e capacitados ainda a prestar serviço ao Estado?

O SR. REINHOLD STEPHANES - Veja bem, eu, na exposição, deixei bem claro que vamos ter uma idade mínima conjugado com um fator de correção que seja tempo máximo de contribuição, ou seja, de uma forma ou de outra nós mantivemos aposentadoria por tempo de serviço. Ou seja, se a pessoa atingir um determinado número de anos ela não precisa esperar a idade mínima. Isto favorece quem? Quem entra cedo no mercado de trabalho. Exatamente quem entra cedo no mercado de trabalho é de baixa renda. Então até sob este ponto de vista o projeto tem a sua visão social.

Agora na regra de transição, se discute, estou apenas dizendo que se discute, porque esta sugestão não cabe mais a mim, cabe agora ao Congresso. Aquele trabalhador que hoje já contribui durante trinta e cinco anos e vamos supor que a regra preveja um tempo máximo de contribuição de 38, por exemplo, isto só poderia entrar em vigor para ele daqui 15 ou 20 anos. Mas para aqueles que contribuem hoje só com 25 esta regra de transição tem que ser mais rápida, para ele chegar rapidamente aos 35

e depois no futuro aos 38.

Então, de uma forma ou de outra se manteve isto. Claro que aí temos uma condição toda especial que é a questão da professora primária que foi o que alguém levantou aqui já e da professora de nível secundário, mas principalmente a primária que tem que ter uma condição, uma análise toda especial dentro deste panorama. Por quê? Porque ela é mal remunerada, tem problemas de condições de trabalho, tem uma série de coisas. Não obstante o país que não teve a capacidade de dar prioridade e dar um período para que o Governo, e que se bata, não pedindo que a professora se aposente cedo, mas pedindo que a professora trabalhe mais, seja mais preparada e ganhe mais e se aposente melhor, até porque todos os professores que se aposentam voltam a trabalhar porque ela não tem condições de sobreviver.

Então, esse é o enfoque que tem que ser dado e não usar as professoras contra a reforma, até porque podemos prever para elas uma situação toda especial em termos de regra de transição, porque ninguém é insensível em não saber que o problema existe. Apenas nenhum país do mundo, nem de terceiro mundo chegaria para nós e diria o seguinte: "Não, a solução é a aposentadoria." Não nenhum. E aí eu volto à questão do tempo de serviço. Os únicos países que não têm idade mínima para aposentadoria nas três Américas é o Peru; na África é o Burundi e mais algum outro país; e alguns Países Árabes. Porque é pressuposto básico.

Um Senhor Deputado citou um estudo do IPEA, e há um estudo do IPEA que diz que a falta de idade mínima para aposentadoria só beneficia as pessoas de renda média e alta. Essa constatação, temos que ser claros em relação a isso. A segunda pergunta quanto ao saldo, é que o saldo de 1,8 bilhões, que corresponde a menos de um mês de pagamento, qualquer sistema previdenciário teria que ter reservas de seis meses, um ano, e ele é menor do que o passivo judicial já decidido; tanto que nós pagamos aquela diferença do meio salário mínimo para um da área rural em trinta meses, a prestação, porque se pagasse em uma vez esse recurso não chegaria. Qual é a origem desse saldo? Ele foi de ganhos financeiros em 93 e 94, ele não foi operacional de receita e despesa do ano, ele foi um período altamente inflacionário que eu pagava o benefício com defasagem e aplicava o dinheiro. Isso desaparece com a moeda estável. Operacionalmente, estamos deficitários.

A questão dos professores universitários, quer dizer, o erro não está na discussão de um projeto de forma constitucional; está aqui, a legislação prevê, que

mestres e doutores no Brasil se aposentem na faixa dos 45, 50 anos de idade, quando estão na plena capacidade de cumprir melhor a sua obrigação. Um Ministro da comunidade britânica teve há poucos dias aí, quando fomos explicar para ele isso ele não entendeu, e disse: "Houve erro de tradução." Porque ele não entende como que pessoas se formam, a sociedade investe, e saem nesse tempo. Agora estão saindo por quê? Não é por causa da reforma, até porque se ele se aposentar ele ganha mais do que na ativa, porque você incorpora situações quando se aposenta. Então, é muito difícil imaginar que um professor continue dando aula se ele está perdendo dinheiro. Então, há um erro básico em tudo isso. Agora, já temos hoje mais professores aposentados do que trabalhando. Agora, o que acontece na prática também? Essa é uma outra questão muito delicada e tem que ser analisada. Temos Almirantes aposentados que fizeram concurso para a Receita Federal, temos Reitores de Universidades, caso típico de Minas e Goiás, foram Reitores, foram para o exterior, fizeram doutorado, voltaram no dia seguinte, requereram aposentadoria. E no dia seguinte, dias depois, se candidataram a própria vaga que abriram, fizeram concurso, evidentemente sem concorrência, voltaram a ser professores titulares.

Quer dizer, começamos a criar uma porção de distorções que não encaramos de frente uma questão fundamental. Quer dizer, não estou com isso criticando professores não. Eles estão, - da mesma forma que eu um dia requeri a minha aposentadoria, - requerendo a deles, a lei prevê isso. Não requeri porque vinha uma reforma, requeri porque tinha dado trinta anos e seis meses de tempo contado, pronto, requeri. A lei me faculta isso. Agora, o prejuízo, evidentemente, apesar disso, o prejuízo é grande.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Senhor Ministro, sou engenheiro, então sou acostumado a trabalhar com números. Tenho sentido que muitos daqueles que se opõem às reformas eles alegam a sonegação como questão primordial. Chegam a alegar, inclusive que antes de se propôr a reforma da previdência seria necessário que se abrisse a caixa preta da previdência. Mas, pelo que senti nos gráficos e esse número que gostaria que V. Exa. nos passasse, acredito que independentemente da sonegação o sistema deve implodir, senão dentro de 5 anos entre 10 e 15 anos. Na minha avaliação a questão da previdência é estrutural, o sistema que foi usado foi o de repartição simples e não o sistema de capitalização ou de poupança, que seria, acho, o sistema ideal para nosso país.

Gostaria que V. Exa. falasse desses números, independente da sonegação qual seria o prazo para a implosão da previdência, no sistema atual?

Outra questão: estes que se opõem às reformas, eles têm falado muito na caixa preta da previdência. Gostaria que o Senhor falasse um pouquinho também, porque nunca os vi falando da caixa preta da Caixa Econômica, dos fundos de previdência do Banco do Brasil, da PETROBRAS. Porque as informações que nos passaram, não sei se são corretas, que para cada real contribuído pelos funcionários destes órgãos o Governo tem que colocar mais um ou muitas vezes dois reais para estes fundos. E estes fundos se tornaram milionários, hoje, inclusive há informações que os fundos são mais poderosos que o próprio órgão. E eles estão aí, comprando empresas privadas e não vemos pessoas que se opõem as reformas da previdência falarem com relação a estes fundos.

O SR. REINHOLD STEPHANES - Começo pelo fundo. Um Senhor Deputado me fez essa pergunta e não respondi porque acho que se deveria acreditar no meu dado, no dado de eventuais dirigentes de fundo que informavam a sociedade. Poderia até solicitar, aí sim, concordo que há uma caixa preta que tem que ser aberta. Aquela auditoria proposta ali, eu disse isso no início, ela deve ser proposta exatamente para conhecer se o Ministro está certo ou errado nas informações. Posso garantir que tenho as informações, suficientes para comprovar e assinar que o puro é aquele que citei. Tenho essas informações, suficientes! Porque elas tem sido auditadas e levantadas. Quer dizer que o desequilíbrio entre o que eles têm capitalizado e o que vão ter que desembolsar porque o benefício é definido independente. E por que há o desequilíbrio? Porque cenários altamente otimistas foram projetados, não se verificaram e os ajustes não foram feitos. Ou até por não aplicação da forma mais rendosa e melhor, às vezes.

Não estou com isso falando mal dos fundos, há uma realidade em relação aos fundos que deve ser encarada!

Agora, foi proposto e vai ser feito, cada fundo vai contratar uma auditoria externa, para dar algumas informações, para não se dizer que os dados são apenas dados do Governo. Dentro de uns dois meses ou noventa dias, no máximo, isso estará muito claro, qual é a questão de liquidez destes fundos. Posso dizer que existem alguns fundos bons, mas existem coisas seriíssimas, que não se deve nem divulgar para não se prejudicar a idéia desses fundos, pelo menos por enquanto.

Quanto a questão da implosão, diria

que bem administrado, diminuindo custos operacionais, combatendo sonegação, economia em crescimento, combatendo fraude, se sobrevive, até com certa tranquilidade uns cinco anos, não mais que isto. Estou partindo do princípio de bem administrado. Então é uma questão matemática. E a sonegação? Ninguém tem o dado, existe um único trabalho, publicado por uma técnica do IPEA, em 91 que acreditava que 40% era o nível da sonegação. Só que de 92 para cá o crescimento real da arrecadação já foi 40%, o crescimento real, ou seja, provavelmente até a técnica estivesse certa. Acreditamos hoje sem ser dada apenas uma avaliação empírica de que a sonegação ainda deve se situar acima de 20%. Para o pagamento desse aumento do salário mínimo que é estendido a todos os aposentados, isso dá um acréscimo além de IPCR de 12% se gasta um adicional de um e meio bilhão de real.

O aumento da alíquota cobre apenas 300 milhões, e um e duzentos vai se procurar dentro do esforço da arrecadação, ou seja, estamos impulsionando naqueles 20% que nós achamos que existe, mas também não é por um passe de mágica por uma simples vontade de um Ministro que resolve amanhã a sonegação de 20%, assim como eu tenho 100 mil ações ajuizadas na justiça e dizer que essas cem mil ações vão se transformar em dinheiro. Sei qual o valor da soma disso, mas entre ter isso e o tempo que leva no sistema é muito grande.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Réplica) - Senhor Ministro só quero parabenizá-lo inclusive também àqueles que se opõem à reforma, sempre tenho dito que o Senhor não teria as condições necessárias para apresentar essas reformas em virtude do Senhor ter sido um dos beneficiários do sistema.

Mas quero aqui deixar público a minha admiração por Vossa Excelência e parabenizá-lo pela sua coragem, sua determinação. O Senhor poderia muito bem se acovardar, deixar que as coisas acontecessem, prejudicando inclusive o futuro da nossa Nação, e dizer realmente que a história será feita por pessoas com coragem e determinação e certamente o Senhor fará parte da história do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Plauto Miró Guimarães com a palavra.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Senhor Presidente, Senhor Ministro, estamos vendo dentro deste Plenário muitas perguntas com fundamento, como estamos acompanhando muitas vazias que fazem aqui, muitas vezes direcionando e atacando o Ministro.

Mas a sua presença aqui é muito importante porque vem aqui esclarecer, porque

dentro desse Plenário tem um "nhem, nhem" referente a essas reformas da Previdência há muito tempo, e a sua vinda na Assembleia Legislativa do Paraná vai esclarecer a muitas dúvidas de Parlamentares existentes dentro desta Casa. Quero aqui lhe fazer uma pergunta que me preocupa muito, tenho acompanhado através dos meios de comunicação que a reforma da Previdência a nível do Congresso Nacional é por pressões políticas, por pressões partidárias tem sofrido certas mudanças. Há dias atrás nós estamos vendo que alguma coisa está sendo votada, mas toda votação que está passando por lá em cima do Projeto do Ministério da Previdência vem tendo mudanças, mudanças partidárias, mudanças que estão sendo negociadas dentro do Congresso Nacional, e me preocupa muito por eu sei das importâncias que têm as reformas dentro desse País para se colocar esse País nos trilhos de uma nova Nação, principalmente a reforma da Previdência, e me preocupa e a pergunta que tenho a lhe fazer, com essas negociações que acontecem no Congresso Nacional vai interferir muito a reforma da Previdência, vai mudar muito a sua linha dentro do Ministério da Ação Social, enfim, vai haver mudanças quando o Ministério cede a pedidos dos políticos dentro do Congresso Nacional?

O SR. REINHOLD STEPHANES - Meu caro Deputado Plauto, alguém definiu, não fui eu, que o Brasil é uma democracia tolerante, e de forma positiva que isso era bom. Claro que nós somos uma democracia, as pessoas foram eleitas e estão lá, e nós temos que respeitar a decisão dessas pessoas, e temos que ter a capacidade ou de convencimento das nossas posições, essa é uma obrigação que nós temos, ou até se não conseguirmos convencer aceitar o Veredito.

Então acho que essa é a questão central, agora o importante é que a questão está colocada na Mesa, está sendo colocada perante a sociedade, alguém falou aqui em reuniões de sindicatos. Já tivemos dezenas de reuniões com sindicatos, todo tipo de sindicato. Colocando a questão, debatendo a questão. E agora quando começar o debate sobre o mérito é muito provável que essa questão se aprofunde muito mais. Apenas o que digo é o seguinte: quem votar a favor ou contra tem que assumir a responsabilidade do que vota.

Não estou, em nenhum momento, achando que tenho a verdade. Não há nenhuma hipótese disso. Não obstante, o projeto foi elaborado em conjunto com as melhores cabeças do País em termos demográficos, em termos atuariais, em termos doutrinários. A própria equipe do Departamento de Assessoria Legislativa do Congresso Nacional,

que é uma equipe onde, diria até, a maioria dos seus membros são mais vinculados aos partidos contra do que os partidos a favor, participaram abertamente e em cima da Mesa todos concordaram que é o caminho. Quer dizer, nós tivemos a preocupação de ouvir muito.

Procuramos colocar alguma coisa que fosse séria, que fosse correta, embora nos sujeitando ao debate e até à derrota, se for o caso. Essa é uma questão nacional. Assim como a questão levantada pelo Deputado Cezar Silvestri, o debate que se fez em torno da minha vida pessoal, de uma aposentadoria correta, legal, sem nenhum problema, igual a duas milhões de outras pessoas. Aí ninguém discutiu que um gerente que se aposente pelo Banco do Brasil, ganha mais do que eu. Ninguém discute. Ou da PETROBRAS. Ninguém discute. Discutiram a minha.

É um debate medíocre, é um debate pequeno. O que está em discussão é a reforma de um País, não é a minha. Se estou igual a duas milhões de outras tantas pessoas, igual a oito milhões de outras que ainda estão nesse Regime, que vão, um dia, se aposentar. Estou, rigorosamente, dentro de uma situação. Então não está em debate a minha situação está em debate a questão que interessa ao País, à sociedade. Agora, em certa maneira, foi a incapacidade até de debaterem a questão técnica e doutrinária, é que se voltaram a um debate da minha situação individual que, no final, não resiste a nada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Plauto com a palavra.

O SR. PLAUTO MIRO - Senhor Ministro, acredito no trabalho que o Senhor vem desenvolvendo dentro do Ministério da Previdência. Porque acompanhando a sua vida, o seu trabalho já em cargos que o senhor ocupou e até mesmo como Parlamentar dentro do Congresso Nacional, sempre que o Poder Executivo precisava se aprofundar e debater, sempre o Deputado, hoje Ministro, Reinhold Stephanes, era chamado para debater, para explicar e colocar os seus conhecimentos que tinha dentro da área.

Por isso acredito no seu trabalho dentro do Ministério e espero que o Congresso Nacional aprove essa reforma dentro daquilo que realmente o País precisa. Para que se viabilize uma previdência para todos os brasileiros, digna. É isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Cleiton Crisóstomo.

O SR. CLEITON KIELSE - Senhor Presidente, Senhor Ministro. Queria ressaltar a pergunta do Deputado Romanelli, quanto aos

professores, um posicionamento em paralelo que estamos tendo no interior do Estado. Centenas de professores estão indo à Secretaria da Administração com seu filho até, Stephanes Júnior, que foi nosso colega na faculdade, solicitando a sua aposentadoria proporcional. E estamos tendo grandes problemas, já, em alguns municípios. Visualizando até o abandono das salas de aulas.

Fizemos um comparativo rápido sobre algumas aposentadorias que o senhor citou, na sua exposição, de alguns que recebem, até, 75 mil reais por mês na sua aposentadoria. E fizemos um comparativo sobre o assalariado, que em 62 anos e meio ele receberia um mês desse aposentado. Qual é a atitude do INSS quanto a essas pessoas que, obviamente, até, fraudaram a sua aposentadoria e o que o Estado pode ser informado em paralelo a Assembléia Legislativa deste posicionamento do Ministério?

O SR. REINHOLD STEPHANES - Isto não acontece dentro dos regimes do INSS. Acontece nos regimes paralelos ao INSS. A única ação que nós temos em cima disto é uma emenda, aliás, um artigo na reforma constitucional limitando isto ao teto de 9 mil reais. Quer dizer, é a única forma aí neste caso, é um dos poucos casos em que diz que se feriu o direito adquirido, porque as pessoas consideram isto um direito adquirido, estas aposentadorias. É um dos poucos casos em que se fere em relação aos fundos e em relação a este caso. Então, na reforma constitucional limitar isto a um teto máximo.

O SR. CLEITON KIELSE - E aos professores?

O SR. REINHOLD STEPHANES - É, os professores já disse, a legislação prevê as professoras se aposentarem, efetivamente elas se aposentam. Não obstante ficou muito claro que aquela pessoa que está com tempo, ou seja, a professora que está com tempo ela não precisa se preocupar em requerer aposentadoria. Ela vai manter esse direito. Se ela já tinha direito, o funcionário público de uma forma geral, aposentadoria proporcional na data, o direito está adquirido. Não há nenhuma razão de correr e se aposentar. A maioria se aposenta porque efetivamente chegou o tempo e vai ganhar mais aposentando-se do que ficar na ativa, ou até para conseguir um novo emprego porque ganha mais e ela precisa rapidamente se aposentar para ter uma nova situação de trabalho.

O SR. CLEITON KIELSE - Uma réplica, Senhor Presidente, bem rápida.

Queria só ressaltar até numa frase que lembrei de Confúcio e queria homenageá-lo:

que o verdadeiro Líder nunca foge a uma missão delegada. E o senhor está exposto a ser amado por milhares e odiado por milhares no posicionamento junto ao Ministério, sendo Ministro neste momento da mudança da Constituição.

Queria desejar uma sorte divina ao Senhor e dizer que a minha pessoa, e acredito à Assembléia Legislativa, estará sempre junto para ajudá-lo junto ao Ministério e junto a suas atitudes políticas também ao Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Senhor Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS - Senhor Ministro, sem fazer qualquer exercício de retórica, até pelo adiantado da hora, também quero cumprimentá-lo pela maneira firme, clara, decidida com que tem se apresentado nos seus pronunciamentos e nas suas respostas. Mas, quero aqui, Senhor Ministro, ater-me a um problema exclusivamente paranaense, sem entrar também em maiores considerações sobre a extinção das atividades do BADEP, que reputo, particularmente, como uma das mais nefastas ações do Governo da dupla Alvaro e Requião.

Pergunto ao Senhor, por que o Instituto de Seguridade do BADEP, que é uma entidade privada, para complementar aposentadoria dos funcionários daquele Banco, que se encontra em regime de liquidação extrajudicial até hoje, e aí perguntaria, qual a previsão para levantamento dessa liquidação injustificável a qualquer tempo e qualquer época, especialmente agora ela encontra-se perfeitamente sanada?

O SR. REINHOLD STEPHANES - Deputado, confesso que não sabia que ainda continuava em liquidação extrajudicial. Ela entrou em liquidação pelo fato de ter perdido a patrocinadora que era o Banco que foi extinto e foi uma forma de se manter no fundo com os recursos que já existiam e, enfim, atender os compromissos desse fundo. Até onde estou informado, está tudo sanado, está tudo em ordem.

Agora, só ainda não foi levantado talvez porque ela não encontrou alguém que assuma agora, ela tem que se encaixar em alguma, ela não pode ficar sozinha, no ar, é claro. Mas vou verificar. Apenas sei que está em ordem, mas vou verificar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Queria apenas fazer uma ressalva à colocação do Deputado Nelson Justus, que dois ex-Governadores...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não cabe questão de ordem, nobre Deputado.

O Senhor Ministro tem que se retirar às 13:30. Estão ainda inscritos para falar: Jocelito Canto, Eduardo Trevisan, José Maria, Élio Rusch e Algaci Túlio.

Gostaria que os Deputados ainda faltantes para interpelar o Ministro fizessem um acordo de cavalheiros aí para que o Senhor Ministro possa realmente se despedir da Assembléia às 13:30.

O SR. JOCELITO CANTO - Gostaria de fazer duas colocações ao Ministro.

Primeiro, dizer que a Previdência não é sua, tem uma faixa que diz aqui. Mas gostaria de dizer que o Paraná muito se orgulha de o Senhor ser o nosso Ministro. E acho que um cidadão como o Senhor, de uma personalidade que se comprova através das urnas na sua eleição, e pelo grande trabalho desenvolvido, acho que podemos até dizer o contrário, a Previdência é sua, sim, pelo belíssimo trabalho que o Senhor vem realizando, o Senhor merece os nossos cumprimentos.

E nós do Paraná, deveríamos ser bairristas como os outros Estados são. Temos aqui um Ministro sério, competente, e que está trabalhando para que o País melhore. Acho que por ser duas vezes Ministro, já está aí a prova de que o Senhor é competente e o Senhor pode ter certeza que tem o nosso apoio aqui dos Deputados, e principalmente do meu pequeno PSC.

E ainda esta semana estarei em Brasília com o Presidente Nacional do Partido, não sei qual é a posição do partido, mas o Senhor pode ter certeza que daqui do Paraná direi a ele que o PSC a nível nacional precisa apoiar as reformas porque se não este País estará quebrado.

Só gostaria, Senhor Ministro, de lhe pedir, em nome das pessoas mais simples, o Senhor falou no assunto, gostaria apenas que o Senhor lutasse em nome desse povo mais simples quanto a regulamentação daquele salário mínimo que diz que deve receber os deficientes. Tenho acompanhado casos de deficientes, tanta gente chorando, tanta família passando necessidade, que se lutasse a nível de previdência para que fosse regulamentada a lei que dá um salário mínimo para quem tiver uma pessoa deficiente na sua casa.

Gostaria de fazer duas colocações finais. Primeiro: concurso público para servidores na região de Ponta Grossa, devido a falta de servidores nos postos da região, precisamos urgente para atender bem o povo. E Ponta Grossa precisa também de uma nova sede, já que outras cidades do Paraná têm, e Ponta Grossa não pode ficar alheia.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA - Queremos lamentar a co-

locação do nosso companheiro e brilhante Deputado Nelson Justus, quando se refere a dois ex-Governadores como dupla. E sei que não é muito próprio do Nelson Justus essa indelicadeza, mas hoje escoregou aqui nesta Sessão desnecessariamente.

Senhor Ministro, qual é a situação que o Ministério tem em relação as estatais. Sabemos que as estatais têm uma dívida grande com relação a previdência, e mais sobretudo aquelas que estão na lista de privatização. Se existe um projeto, como é que vai processar toda esta contenda do crédito em dívida ativa, ou ainda para se materializar em dívida ativa.

Segundo, o Colombo, Deputado, fez uma colocação com relação a professora lá de Medianeira, e não sei se não entendi ou a resposta não foi completa. Como fica o trabalhador rural que há sete meses nenhum posto do INSS e nem os Correios e Telêgrafos recebem protocolo para aposentadoria. Como é que fica aquela mulher que não consegue comprovar o vínculo trabalhista, e que tem o exemplo dos 64 anos? Conhecemos a vossa preocupação com relação a esta questão e gostaríamos de ter uma resposta acertiva a respeito.

A outra é com relação ao artigo 202, parágrafo 2º, da Constituição Federal, que trata da compensação financeira entre Estados e Municípios. Represento nesta Casa como membro, também o Bloco Municipalista, e os municípios têm tido dificuldades enormes na compensação. Com essa criação, com a proliferação da criação de fundos municipais, se os municípios tiverem que bancar também a parte da previdência, sem a compensação, com certeza, mais rápido quebrarão os fundos municipais.

São essas, por ora, as nossas colocações.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Senhor Ministro, Presidente, Deputados.

Declino das minhas perguntas. Fui Prefeito e teria perguntas a respeito de prefeituras. Declino de todas elas.

Os meus respeitos ao Ministro. Tenho acompanhado o grande debate que ele vem promovendo em todo o País.

Demonstra que o Ministro está preocupado em debater o projeto com a sociedade. E ouço dos críticos ao Projeto de reforma, uma crítica de que o projeto precisa ser melhor debatido, mas ao mesmo tempo em que eles criticam e colocam esta posição do projeto, ser melhor debatido, eles afirmam que o simples anúncio da necessidade da reforma, que sem ela o sistema não consegue sobreviver, fez com que milhares de pessoas acorressem aos balcões do INSS, buscando as suas aposentadorias proporcionais.

Quer dizer, o dilema ficou estabelecido: se ficar, o bicho come, se correr o bicho pega. Se o Ministro divulga que tem que fazer a reforma em debate com a sociedade, mas se não divulga, está sendo mal debatido com a sociedade.

Coloco a minha posição de respeito ao projeto. Acredito que o País precisa passar por uma grande reformulação. Não podemos nos perder, neste momento, para as grandes corporações, os grandes interesses. O País precisa abrir realmente, se arejar um pouco para conseguir um caminho de desenvolvimento.

O único questionamento que faço ao Ministro é o seguinte: tergiversando sobre o futuro: se eventualmente, sei que as chances são pequenas, se não conseguir mudar o atual sistema, ele só vai conseguir subsistir por aproximadamente cinco anos, o Governo tem uma saída?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Ministro e eu pedimos desculpas ao Deputado Elio Rusch, porque o Ministro precisa se retirar e o último orador era o Deputado Elio Rusch, mas como ele é o homem de ligação aqui com o Ministro estamos desculpados.

Ministro com a palavra final.

O SR. REINHOLD STEPHANES - Aproveito começando a agradecer ao Deputado Elio Rusch que me fez este convite e por ter aberto mão de seu tempo.

Quanto a esta corrida que está havendo, essa corrida só se dá no setor público. No INSS não há corrida, as aposentadorias continuam normais, é basicamente no setor público.

Quanto a questão da compensação financeira concordo que os municípios quebrem, mas também se fizer a compensação financeira é mais cedo o INSS. Mas não é bem este o caso, é que não se encontrou uma forma operacional, o Artigo 202 fala na questão, pede que uma lei regulamente isso. E não se conseguiu, até hoje, uma lei para isso. E não se conseguiu exatamente porque não se encontra a maneira de que essa lei seja operacional. A lei que mais tramitou e mais chegou foi a de um Deputado paranaense, Luiz Carlos Hauly. Mas, aprovada na Comissão, antes de ser aprovada no Plenário, fez-se uma análise e chegou-se a conclusão que ela não era operacional, pode ser para um ou outro município mas para São Paulo, enfim para grandes municípios.

Tive uma reunião com todos os Secretários de Administração dos Estados brasileiros e pedi que eles, sob o ponto de vista deles, me apresentassem uma forma, que eles achassem que fosse operacional, já que os técnicos da Previdência e o Con-

gresso não haviam chegado a um consenso sobre isto.

A questão de falta de vínculo trabalhista. Esta também é uma questão difícil, em termos operacionais, porque tivemos a capacidade de fazer uma lei, já há trinta anos, onde dissemos o seguinte: "Uma pessoa que atinge 60 anos de idade, foi o caso da mulher, desde que tenha contribuído nos últimos 5 anos, tenha demonstrado um vínculo, ela tem direito a uma aposentadoria."

Isso foi para atender a costureira, a lavadeira, a diarista, enfim pessoas que exerciam uma atividade para ganhar a vida, na prática o que aconteceu, quem conseguiu embarcar nessa lei foi a irmã, a mãe de pessoas que são donas de estabelecimento, de uma indústria, de um bar, que dá um emprego fictício nos últimos cinco anos, contribuía e a pessoa conseguia se aposentar, sem nenhuma razão social e nenhuma condição atuarial. E se deixou de lado o problema básico que é esse que tem sido levantado, isso nos tem preocupado, quer dizer, eliminar aqueles 70% que não era o objetivo da lei, e tentar atingir os 30% que são o objetivo da lei, a lei sempre facilita para as pessoas mais organizadas, as pessoas que têm melhores condições.

Se me perguntarem: "Qual é a solução que o Senhor tem?" Eu ainda não tenho a solução, mas na regulamentação após a reforma temos que encontrar a saída para isso, sou totalmente sensível a isso, tenho pedido estudos constantemente ao corpo técnico para que me encontre uma saída para isso, quer dizer, tirar fora quem não deve ter e colocar quem deve ter o direito. Então a questão que foi colocada ela é correta, ela existe. Quanto aos trabalhadores rurais a sete meses sei que isso existe, está acumulando, então pedimos a permissão a lei foi aprovada essa semana para admitirmos 800 pessoas para realizarem primeiro o trabalho daquilo que está represado, e abriremos condições para quem tem que se apresentar que se apresente. Quanto a dívida das estatais eu não tenho dado aqui correto, muitas estatais nos devem, estatais só no sentido federal, porque as estatais estaduais e municipais se não pagarem nós retemos o fundo de participação de estados e municípios, essa é uma equação resolvida. O nosso problema é em relação às federais. Em relação às federais são aquelas que não têm condições nenhuma, por exemplo, rede ferroviária federal, não tem condição, na hora que uma delas for privatizada evidentemente, que a privatização embute o pagamento de todas as dívidas existentes, quem comprar tem que pagar todas as dívidas antes mesmo de receber, isso aí faz parte, mas todos os casos estão sendo negociados, todos as es-

tatais federais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Irineu Colombo na qualidade de Líder.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Ministro Reinhold Stephanes, até peço licença e desculpa ao Deputado Elío Rusch, em virtude das nossas relações com o Partido dos Trabalhadores estarem ácidas no debate em Plenário, mas a regra não é a jactância e nem a descortesia, elas são as exceções.

Então é importante que participemos do debate, e como Líder do Partido dos Trabalhadores, quero dizer que poderemos ficar até amanhã para um debate franco, aberto, para o esclarecimento para o pequeno público que está aqui e para a imprensa, porque temos responsabilidades perante a Nação enquanto Partido constituído no Brasil, e queremos uma opinião pública e não uma opinião publicada.

Então Senhor Ministro nossos parabéns e gostaríamos de tê-lo mais para discutir e vamos nos aprofundar com os técnicos e vamos aprofundar os nossos debates, e a nossa contribuição será dada através da nossa bancada a nível federal, a gente vai aprofundar cada vez mais o nosso debate para que o Brasil saia ganhando e dessa responsabilidade não podemos nos furtar.

Muito obrigado e desculpe o nosso furor, nossa incisão nas perguntas porque na verdade é muito necessária.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Romanelli na qualidade de Líder.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Só queria agradecer Ministro a sua presença nessa Casa, foi uma manhã extremamente ilustrativa para todos nós e a nossa Bancada, a Bancada do PMDB se sente gratificada por ter podido ter esses esclarecimentos de V. Exa. e desejamos que o Congresso Nacional no prazo mais curto aprecie a emenda da Previdência para que o Senhor possa daí sim debruçar todo o seu tempo para poder equacionar as questões que tão bem foram levantadas aqui em relação a operacionalização da Previdência e dar uma resposta efetiva aos milhares e milhares de trabalhadores rurais, trabalhadores urbanos que desejam uma aposentadoria justa.

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Elío Rusch com a palavra.

O SR. ELIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhor Ministro.

Muito obrigado pela sua presença. E, na certeza de que o Paraná está engrande-

cido na representação do Ministério da Previdência na sua pessoa. E mais nos valores, a ajuda pela iniciativa que formamos a Vossa Excelência pelo pronto atendimento.

O SR. MINISTRO AGRADECE. O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury) - O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury) - O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury)

O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury) - O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury) - O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury)

O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury) - O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury) - O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury)

O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury) - O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury) - O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury)

O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury) - O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury) - O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury)

O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury) - O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury) - O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury)

O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury) - O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury) - O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury)

O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury) - O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury) - O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury)

O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury) - O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury) - O SR. REINHOLD STEPHANES - Para me despedir - (Anibal Kury)

dir, gostaria de agradecer esta oportunidade, gostaria de dar um abraço a cada uma das pessoas presentes, mas, infelizmente, já é tarde e eu já devia estar em Joinville, agora. Tenho um compromisso logo a seguir.

Mas foi um grande prazer estar aqui e peço, também, desculpas pela brevidade. Mas ainda não perderei o hábito de ser Parlamentar, e isso me dá sensibilidade de ir a debate, de ouvir, de entender, de respeitar - inclusive, os contrários. Lucrati

A grande virtude da democracia é a convivência de contrários. É isso que faz da democracia, alguma coisa bonita.

Evidentemente, quando respondo com certa veemência algumas questões, hoje, no caso, com referência ao Partido dos Trabalhadores, não deixo de respeitar o partido como um partido que, efetivamente, luta, por moralidade, e que luta por coisas certas e que luta por objetivos sociais. Podemos divergir apenas na forma, no mérito, como alguém disse na metodologia, mas acho que nossos objetivos são iguais.

Evidentemente, aprendo com o debate. Porque sou um ser racional, pretendo ser, em determinados momentos, muito profissional nas minhas ações, e, por isso, posso garantir: leio todos os documentos que se apresentam a mim como sugestões, mesmo as mais contrárias possíveis, do que muitas vezes eu aprenda a ler.

Quando era Presidente do antigo INAMPS, tínhamos um dos grandes líderes na área da saúde do país, quem chamava-se Gentile de Mello. E um grande sanitarista. Eu almoçava a cada 15 dias com o Gentile de Mello, que era um contrário. Almoçava, exatamente, para poder entender melhor e até aprender, e confesso que aprendi muito. Até posso citar o Gentile de Mello, que escrevia, na época, na Folha de São Paulo, praticamente sempre, em nossas conversas, os nossos debates.

Com isso, quero agradecer e me despedir muito a todos e a opinião de todos. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Kury) - Esta Presidência agradece a presença do Ministro e congratula-se com o Planalto pela presença e as interações feitas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Kury) - Esta Presidência agradece a presença do Ministro e congratula-se com o Planalto pela presença e as interações feitas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Kury) - Esta Presidência agradece a presença do Ministro e congratula-se com o Planalto pela presença e as interações feitas aqui.